

Ambiental Participações S.A.

**Demonstrações Financeiras Referentes
ao Exercício findo em 31 de Dezembro
de 2024 e Relatório do Auditor
Independente**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	15
Balancos patrimoniais	19
Demonstrações dos resultados	20
Demonstrações dos resultados abrangentes	21
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	22
Demonstrações dos fluxos de caixa	23
Demonstração dos valores adicionados	24
Notas explicativas às demonstrações financeiras	25



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2024



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2024 avançamos nos nossos projetos voltados para conquista de novos contratos de concessão nos municípios em que protocolamos as Manifestações de Interesse Privados (MIP).

Essas MIPs consistem em apresentarmos o modelo de negócio da Ambiental, voltado para solução integrada dos serviços de limpeza urbana, contemplando a cobrança direta por meio de tarifa de coleta de lixo.

Para 2025 estão previstos que pelo menos cinco municípios lancem os editais de licitação com base nos nossos Protocolos de Manifestação de Interesse (PMI), o que demonstra que o nosso modelo de negócio tem sido aceito.

Falando de números, encerramos o ano com resultados financeiros robustos. O crescimento de 9% na receita líquida se justifica basicamente pela evolução dos nossos contratos. Já o aumento de 22% no EBITDA é consequência de maior eficiência operacional.

Já o endividamento se manteve estável em 1,84 vezes o EBTIDA, abaixo dos *covenants* financeiros estipulados nas nossas emissões de dívidas.

Para 2025 a meta é seguir crescendo e gerando valor para a empresa. Estimamos aumento de 10% da receita líquida e de 13% do EBITDA, além de aproximadamente R\$ 58 MM em investimentos em tecnologias e nas nossas operações.

SOBRE A AMBIENTAL

A Ambiental Participações S.A. (“Companhia”) é uma holding constituída para controlar as empresas do grupo. A Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. (Ambiental), é a principal empresa que compõe a Companhia e atua nas áreas de limpeza urbana e saneamento.

A Ambiental tem sua Sede Administrativa em Joinville, à rua Coronel Santiago, 400, Bairro Anita Garibaldi. Atua no setor de limpeza urbana desde 1999 e no setor de saneamento desde 2003, oferecendo serviços como a coleta de resíduos, serviços gerais de limpeza, implantação e operação de aterros sanitários, operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Os serviços de coleta são realizados periodicamente, de acordo com as demandas estabelecidas pelas prefeituras em que a Ambiental está presente. Esses serviços incluem coleta de resíduos sólidos comuns, resíduos recicláveis, resíduos sólidos especiais e resíduos

sólidos de serviços de saúde, todos com tratamento e disposição final adequados, para os quais há cobrança direta de tarifa aos usuários.

Fazem parte dos serviços gerais de limpeza as atividades de raspagem, capina mecanizada, varrição de vias pavimentadas, limpeza de bocas de lobo, limpeza de praias, e pintura de meio-fio.

No saneamento, a Ambiental realiza a operação, manutenção e melhoria das unidades que compõem os sistemas de abastecimento de água (captação, recalque, adução, tratamento, reservação e distribuição) e de esgotamento sanitário (ligações de esgoto, redes coletoras, elevatórias e estações de tratamento de esgoto).

A Companhia preza, acima de tudo, por cuidar das cidades, com todo o esmero que se espera de uma empresa que contribui com a saúde e o bem-estar da população. O comprometimento em atuar de forma mais sustentável é comprovado por meio das diretrizes do índice ESG.

Environmental (ambiental)

- ✓ Oferecemos uma solução completa para os resíduos urbanos;
- ✓ Expertise desde a coleta de resíduos até a transformação do biogás em energia;
- ✓ Modelo inovador, refletindo em ganhos ambientais para as cidades;
- ✓ Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), com o objetivo de avaliar e controlar os impactos ambientais, produtos e serviços.

Social

- ✓ Atendimento à população final com tarifas acessíveis;
- ✓ Proporcionamos uma cidade mais agradável para o convívio social;
- ✓ Contato direto com a população por meio de projetos socioambientais;
- ✓ Recrutamento interno e valorização dos funcionários. Os Diretores iniciaram como estagiários assim como alguns Gerentes;
- ✓ Foco no bem estar e na segurança de nossos colaboradores. A Companhia não mede esforços para fomentar a segurança de cada funcionário. Para isso, conta com uma equipe de Técnicos de Segurança do Trabalho que atuam em todas as cidades em que prestamos serviços.

Governance (governança)

- ✓ Sólida governança desde a fundação;
- ✓ Gestão profissionalizada que conta com Conselho de Administração;
- ✓ Controle e mensuração dos processos internos e de sua eficiência;
- ✓ Adoção das melhores práticas contábeis;
- ✓ Plano de carreira aos funcionários e análise de performance;
- ✓ Programa de Integridade para o aprimoramento e sistematização dos instrumentos na prevenção e combate à corrupção, já existentes na organização;
- ✓ Canal de Comunicação e Denúncias para o recebimento de sugestões, reclamações e denúncias, tanto internas quanto externas;

- ✓ Comitê de Ética, que se reúne quinzenalmente para analisar as demandas provenientes do Canal de Comunicação e Denúncias e para discutir o aperfeiçoamento do Programa de Integridade.

MODELO DE COBRANÇA

Benefícios no modelo de cobrança da Ambiental:

- ✓ Expertise nesse modelo de negócio por ser a primeira empresa do segmento a realizar a cobrança direta por meio de tarifas;
- ✓ Agilidade no processo de cobrança e medidas para redução da inadimplência, como negativação, cobrança ativa e cobrança judicial;
- ✓ Contato com a população, fatura de baixo valor e atendimento em canal direto (valor médio da tarifa mensal em 2024 foi de R\$ 34,16);
- ✓ Os serviços prestados com qualidade pela empresa refletem em menor inadimplência;
- ✓ Os valores das tarifas entram no caixa da empresa sem intermediação das Prefeituras;
- ✓ Gestão independente da carteira com mais de 590.000 mil clientes.

Os contratos de concessão são reajustados anualmente com base na análise de custos e despesas relacionadas às atividades, isso reflete no aumento da quantidade de funcionários, veículos e equipamentos necessários para a execução dos serviços.

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL NOS ATERROS SANITÁRIOS

Contamos com a certificação ISO 14001 nos aterros sanitários de Itajaí e Joinville. O projeto foi iniciado nessas unidades devido ao grau de risco da atividade de disposição final de resíduos.

O objetivo da certificação é adequar os processos para atendimento dos requisitos legais da área ambiental, valorizar a imagem da empresa e dos aterros sanitários e evoluir para uma gestão ambiental alinhada aos conceitos ESG. Além disso, as licenças de operação dos empreendimentos podem ter a validade estendida em 2 anos, sem necessitar de processo de renovação, resultando em economia de recursos humanos e financeiros.

IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE RECUPERAÇÃO ENERGÉTICA (URE) NO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL DE JOINVILLE

O que é a URE?

A Unidade de Recuperação Energética que está sendo implantada no Aterro Sanitário de Joinville consiste em uma moderna alternativa tecnológica para destinação final de RSU (resíduos sólidos urbanos), que aproveita o seu potencial energético para geração de energia. Deve processar 110 t/dia de RSU e gerar 3,25 MWh de energia elétrica. A implantação da URE vai ao encontro de uma tendência mundial pela redução da dependência dos aterros sanitários e está alinhada com os conceitos mais atuais para o tratamento de resíduos.

A URE Joinville será a primeira usina do país a ser implantada com essa rota tecnológica, que irá tratar RSU e gerar energia elétrica.

Como a URE vai funcionar?

Cerca de 25% dos resíduos que chegam ao aterro sanitário serão direcionados para a URE, após a pesagem.

O resíduo passará por etapas de trituração e secagem, para tornar-se CBSI (combustível biossintético industrial derivado de resíduos), com características homogêneas.

O CBSI alimentará uma caldeira de geração de vapor, o qual movimentará uma turbina para geração de energia elétrica. Todo o processo, incluindo a geração de vapor na caldeira, será totalmente monitorado e contará com sistemas de tratamento dos gases de combustão para garantir o total atendimento às normativas de emissões atmosféricas. A segurança do processo será garantida por sistema supervisorio e uma série de sensores capazes de auto ajustar a operação, ou até mesmo interrompê-la se houver necessidade.

Parte da energia gerada será consumida pela própria URE e o excedente será destinado ao sistema de compensação de crédito de energia, conhecido como Geração Distribuída

Quais os benefícios da URE?

- ✓ Aumento em 25% da vida útil das áreas de depósito disponíveis no complexo, passando de 17 para 21 anos.
- ✓ Geração de 2.106 MWh/mês de energia elétrica, equivalente ao abastecimento de mais de 7.000 residências (cerca de 3% das unidades consumidoras de Joinville).
- ✓ Redução da emissão de gases de efeito estufa, pela menor geração de metano no aterro sanitário (que é 21 vezes mais poluente do que o CO₂). Com o início da operação da URE, o aterro sanitário deixará de emitir aprox. 29.000 t CO₂-eq / ano (isso é equivalente à emissão de cerca de 30.000 automóveis em um ano, segundo dados da CETESB em 2020). Ao longo da vida útil do aterro, estimada em 21 anos, isso equivale a 609.000 t CO₂-eq não emitidos.
- ✓ Reduzida área de implantação (mais de 7 vezes menor), quando comparado a aterro sanitário. O espaço destinado à URE é de aprox. 7.000 m². A área estimada para o aterro de 110 t/dia ao longo da vida útil de 21 anos seria de aprox. 50.000 m².
- ✓ Contribuição para atendimento de meta do Planares 2022, de aumentar a recuperação e aproveitamento energético por meio de tratamento térmico de RSU, cujo objetivo do Plano é alcançar a potência instalada de 994 MW até 2040.
- ✓ Contribuição para atendimento da meta do Compromisso Mundial contra o Metano, assumido pelo Brasil na COP26, de reduzir as emissões de metano em 30% para 2030, em comparação com os níveis de 2020. Com a URE em operação, o complexo do Parque de Educação Ambiental Bororós reduzirá suas emissões de gases de efeito estufa em 22%.
- ✓ Contribuição para atendimento de compromisso pactuado junto ao IMA, de minimizar em no mínimo 20% os resíduos encaminhados aos maciços de resíduos sólidos do aterro sanitário até o término de validade da LAO renovada em 2023.

A etapa de implantação da URE (obras e instalações de equipamentos) está totalmente finalizada.

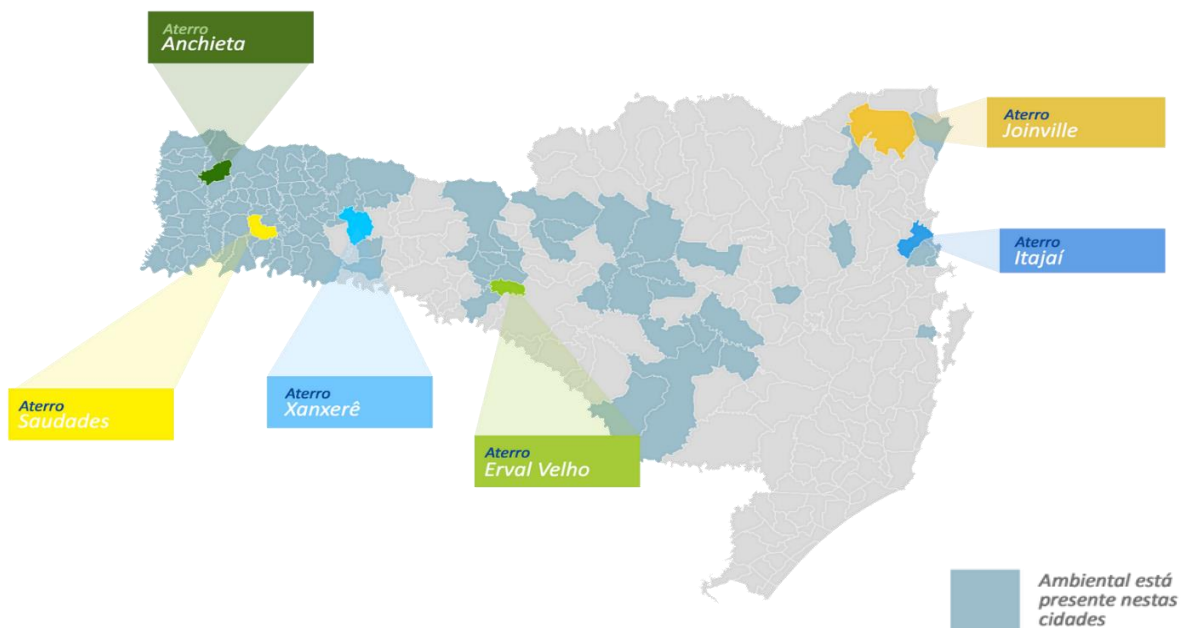
Atualmente estamos em fase de comissionamento, etapa em que ocorrem os testes dos equipamentos. A linha 1 de CBSI já está operando e a Linha 2 de CBSI e iniciou a operação em março de 2025.

Também foi iniciado o comissionamento da caldeira, com os procedimentos de sopro, para limpeza interna do equipamento.

A expectativa é que a URE entre em operação plena no primeiro semestre de 2025.

A Ambiental conta com seis aterros sanitários no estado de Santa Catarina. Os aterros de Joinville e de Itajaí fazem parte dos contratos de concessão dessas cidades. Por sua vez, os aterros de Erval Velho, Anchieta, Saudades e Xanxerê são próprios, adquiridos em 2022.

Somando as operações Litoral e Oeste, a Companhia passou a contar com cerca de 3.900 funcionários dispostos em 100 municípios do estado de Santa Catarina, o que a consolidou como maior player do setor no estado.



DESTINAÇÃO FINAL

Unidade	Quantidade de resíduos destinados nos aterros (t)		
	2024	2023	Varição (%)
Aterro de Itajaí	208.981	206.061	1%
Aterro de Joinville	178.272	169.137	5%
Aterro Anchieta	32.640	30.493	7%
Aterro Saudades	82.394	74.206	11%
Aterro Xanxerê	28.317	23.816	19%
Aterro Erval Velho	25.233	21.456	18%
Total	555.837	525.169	6%

(*) Aterro de Itajaí recebe resíduos de Balneário Camboriú e Itajaí.

A quantidade total de resíduos apresentou um aumento de 6% em comparação com o ano anterior. Nas concessões o aumento foi de 3%, em contrapartida nos aterros próprios houve um acréscimo de 12% nas quantidades recebidas.

COLETA DE RESÍDUOS

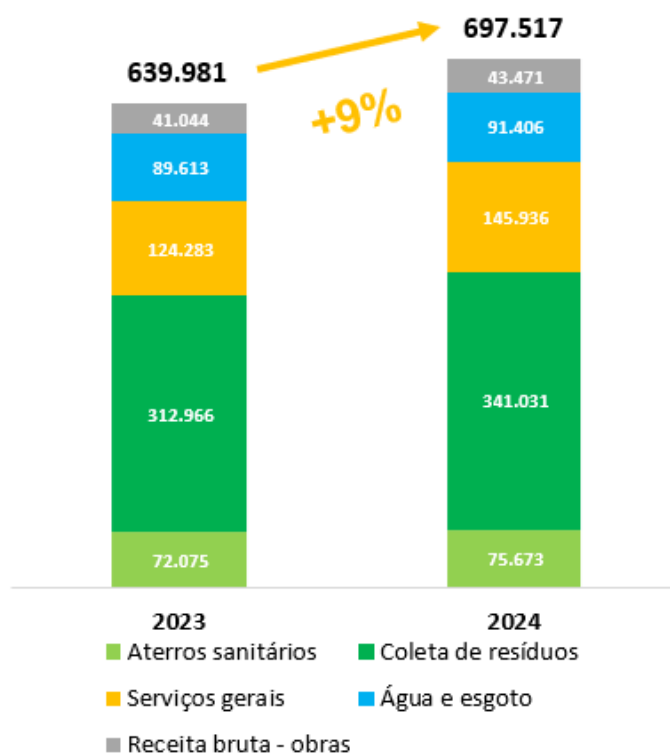
Unidade	Quantidade de resíduos coletados (toneladas)		
	2024	2023	Varição (%)
Balneário Camboriú	61.618	61.027	1%
Camboriú	30.315	26.785	13%
Indaial	13.965	13.503	3%
Itajaí	85.770	81.341	5%
Itapema	34.204	30.217	13%
Jaraguá do Sul	38.360	33.138	16%
Joinville	148.273	139.777	6%
São Francisco do Sul	26.877	23.208	16%
São José	73.555	69.511	6%
Oeste	178.693	166.212	8%
Total	691.630	644.749	7%

A quantidade total de resíduos coletados apresentou um aumento de 7% em 2024, quando comparada ao ano de 2023. O principal aumento da quantidade de resíduos coletados é observado nos municípios de Jaraguá do Sul e São Francisco do Sul.

RECEITA BRUTA E RECEITA LÍQUIDA

Receita	2024	2023	Var. (%)
Aterros sanitários	75.673	72.075	5%
Coleta de resíduos	341.031	312.966	9%
Serviços gerais	145.936	124.283	17%
Água e esgoto	91.406	89.613	2%
Receita bruta - obras concessões	43.471	41.044	6%
Receita bruta total	697.517	639.981	9%
Impostos sobre os serviços	78.556	70.677	11%
Receita líquida total	618.961	569.304	9%

No ano de 2024, a receita líquida atingiu R\$619MM, um aumento de 9% em relação ao ano de 2023, que pode ser atribuído principalmente a: (i) incremento da receita de novo contrato de água e esgoto em Itajaí; (ii) reajustes das tarifas dos contratos de concessão.



CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e Despesas	2024	2023	Var. (%)
Custos operacionais	436.531	403.374	8%
Custos - obras concessões	24.882	30.859	(19%)
Depreciação e amortização	38.487	36.197	6%
Custos totais	499.900	470.430	6%
Despesas administrativas	35.149	33.788	4%
Custos e despesas totais	535.049	504.218	6%

O crescimento dos custos e despesas, incluindo a depreciação e amortização, cresceram de forma proporcional à receita. Já os custos com as obras das concessões resultaram em queda em comparação com o ano de 2023 em função da redução da necessidade de investimentos nos contratos de concessão.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro	2024	2023	Var. (%)
Receita financeira	28.272	33.201	(15%)
Despesa financeira	44.077	45.831	(4%)
Resultado financeiro	(15.805)	(12.630)	-

Houve redução nas receitas e despesas bancárias, justificado principalmente pela diminuição da taxa básica de juros ao longo do primeiro semestre de 2024. Além disso o saldo de caixa médio de 2024 foi menor do que o de 2023.

RESULTADO LÍQUIDO

Resultado líquido	2024	2023	Var. (%)
Receita operacional líquida	618.961	569.304	9%
Custos dos serviços prestados	(496.562)	(468.021)	6%
Resultado bruto	119.061	98.874	20%
Despesas administrativas	(38.487)	(36.197)	4%
Outras Receitas e Despesas	7.020	13.338	(47%)
Provisão para Perdas	(5.985)	(5.583)	7%
Equivalência Patrimonial	(423)	39	(1.185%)
Resultado antes do resultado financeiro	84.524	72.880	16%
Receita financeira	28.272	33.201	(15%)
Despesa financeira	(44.077)	(45.831)	(4%)
IRPJ e CSLL	20.437	21.511	(5%)
Resultado líquido	48.282	38.739	25%

O Resultado líquido sofreu importante variação, aumentando 25% em comparação com o ano de 2023. A receita líquida variou 9% entre os anos enquanto os custos e despesas incorreram em uma variação relativamente menor, de 6%.

Na conta outras receitas e despesas não houve reconhecimento de novos precatórios decorrentes de cobranças de clientes, a exemplo de 2023.

EBITDA

Ebitda	2024	2023	Var. (%)
(=) Resultado líquido	48.282	38.739	25%
(+) IRPJ e CSLL	20.437	21.511	(5%)
(+) Resultado financeiro	15.805	12.630	25%
(-) Outras Receitas e Despesas	(7.020)	(13.338)	(47%)
(-) Equivalência Patrimonial	423	(39)	(1.185%)
(+) Depreciação e amortização	38.487	36.197	6%
Ebitda	116.414	95.700	22%
Ebitda/Receita Bruta	17%	15%	-
Ebitda/Receita Líquida	19%	17%	-

Em 2024, o Ebitda atingiu R\$116,4MM, um aumento de 22% em relação ao ano de 2023, justificado pela eficiência operacional da Companhia.

Endividamento	2024	2023	Var. (%)
Dívida financeira líquida	156.442	111.806	40%
Dívida com Sellers	57.620	69.021	(17%)
Dívida líquida	214.062	180.827	18%
Ebitda	116.414	95.700	22%
Dívida líquida/Ebitda	1,84	1,89	(3%)

Em 2024 a Companhia apresentou um índice de endividamento de 1,84x dívida líquida com Sellers / Ebitda, inferior ao índice do ano de 2023, que foi 1,89x. Esses índices atendem os *covenants* definidos nas emissões de dívida.

CAPEX

Capex	2024	2023
Renovação e manutenção de frota	31.100	6.844
Aterro Sanitário Joinville	21.771	20.355
Outros investimentos	4.379	1.917
Aterros Sanitários Oeste	3.594	1.124
CVM, PEV, Triturador e SCS	2.098	6.556
Aterro Sanitário Itajaí	1.055	3.034
Capex total	63.997	39.830

Os investimentos em 2024 foram de R\$64MM impulsionados principalmente pela renovação da frota (aquisição de conjuntos caminhão/coletor compactador) e pela adaptação da frota antiga à Norma Reguladora 38, instituída pelo Governo Federal, que estabeleceu critérios de segurança mais rigorosos para os trabalhadores e exigiu o aumento de equipes e frotas.

Outro destaque que demandou maior investimento está relacionado ao aterro sanitário de Joinville, onde está ocorrendo a obra de implantação da URE.

Destacados como outros investimentos consideramos: reformas das estruturas físicas da matriz e de filiais, além de investimento em equipamentos de informática.

Presidente do Conselho

Álvaro de Calazans Gayoso Neves Filho

Conselheiros Independentes

Eduardo Shakir Carone

Luana Siewert Pretto

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia preserva a independência do auditor, de acordo com a regulamentação aplicável, na contratação de serviços não relacionados a auditoria externa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os auditores independentes somente prestaram serviços relacionados a auditoria externa.

Atenciosamente,

Holdemar Alves
Diretor Presidente

Ugino Nolli Junior
Diretor Financeiro

Joinville, 28 de março de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e administradores da

Ambiental Participações S.A.

Joinville - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ambiental Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ambiental Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas

Veja as Notas 4.12 e 27 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme descrito nas notas explicativas nºs 4.12 e nº 27 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da controlada decorre substancialmente da prestação de serviços de saneamento e limpeza urbana. A prestação de serviços de saneamento e limpeza urbana ocorre em sua maioria para entes do Poder Público, por meio de contratos de concessão ou contratos de prestação de serviços. De acordo com as normas contábeis vigentes a receita deve ser reconhecida quando o serviço é transferido ao cliente.</p> <p>Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de prestação de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; (ii) uma porção significativa das receitas de prestação de serviços da Companhia é obtida através de licitações realizadas com diversos municípios do Estado de Santa Catarina; (iii) uma segunda porção das receitas é obtida através da cobrança de tarifas de coleta de lixo diretamente de pessoas físicas ou jurídicas; e (iv) os serviços prestados no final do mês de dezembro e não faturados são provisionados.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das principais atividades de controles internos da controlada relacionados ao processo da Administração para registrar o montante de receita de prestação de serviços, de acordo com os requerimentos contábeis e com as condições contratuais; (ii) quando aplicável, verificamos documentos de atualizações de valores anuais referentes aos contratos de licitação vigentes; (iii) para uma amostra de receitas de serviços prestados verificamos a documentação suporte; e (iv) para uma amostra de receitas de construção verificamos as respectivas notas fiscais, boletins de medição e comprovante de liquidação.</p> <p>Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita, realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

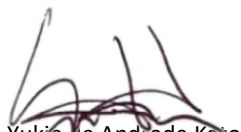
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 28 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8



Yukie de Andrade Kato
Contadora CRC PR-052608/O-4 T-CE

AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado			Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	1.931	5.775	76.620	114.081	Fornecedores	18	-	3	13.343	14.279
Aplicações Financeiras		-	-	-	538	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19	23.734	23.838	35.982	30.569
Contas a Receber de Clientes	7	1.217	700	71.539	62.161	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20	-	-	28.280	24.773
Estoques		-	-	69	142	Obrigações Tributárias	21	1.877	1.098	15.355	12.745
Tributos a Recuperar	8	2.518	2.183	10.380	6.965	Passivo Fiscal Corrente	21	5	-	733	1.626
Juros sobre Capital Próprio a Receber	9	10.020	6.234	-	-	Empréstimos a Pagar à Partes Relacionadas	9	102.066	93.348	-	-
Outros Créditos	10	453	413	1.509	3.336	Juros sobre Capital Próprio a Pagar	9	4.354	1.760	4.354	1.760
Ativo Financeiro de Concessão	13	-	-	-	-	Outras Obrigações	22	-	10.034	31.244	34.757
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		16.139	15.305	160.117	187.223	Passivo de Arrendamento	17	-	-	4.557	3.525
						TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		132.036	130.081	133.848	124.034
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos a Receber de Partes Relacionadas	9	-	-	184	173	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19	99.101	106.018	187.649	191.977
Aplicações Financeiras		-	-	556	254	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20	-	-	-	208
Depósitos Judiciais	23	-	-	1.374	1.130	Tributos Diferidos	11	1.355	775	39.468	31.462
Outros Créditos	10	1.063	1.475	29.573	27.230	Outras Obrigações	22	-	-	39.603	55.176
Ativo de Contrato	12	-	-	145.190	106.449	Provisão para Contingências	23	-	-	4.954	4.614
Ativo Financeiro de Concessão	13	-	-	1.842	1.842	Provisão para encerramento dos aterros sanitários	24	-	-	10.747	10.686
		1.063	1.475	178.719	137.078	Passivo de Arrendamento	17	-	-	5.430	608
Investimentos	14	344.935	317.451	1.254	1.672	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		100.456	106.793	287.851	294.731
Propriedades para investimentos		-	473	-	473	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25				
Imobilizado	15	28.326	28.260	141.744	123.325	Capital Social		85.002	50.002	85.002	50.002
Intangível	16	-	-	88.030	91.059	Reservas de Lucros		72.969	76.088	72.969	76.088
Ativo Direito de Uso	17	-	-	9.806	4.025	Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas da controladora		157.971	126.090	157.971	126.090
Total do Ativo Não Circulante		374.324	347.659	419.553	357.632	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		390.463	362.964	579.670	544.855
TOTAL DO ATIVO		390.463	362.964	579.670	544.855						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	<u>12.156</u>	<u>6.454</u>	<u>618.961</u>	<u>569.304</u>
Custo dos Serviços Prestados	27	<u>(3.252)</u>	<u>(1.600)</u>	<u>(499.900)</u>	<u>(470.430)</u>
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		<u>8.904</u>	<u>4.854</u>	<u>119.061</u>	<u>98.874</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>57.490</u>	<u>52.559</u>	<u>(34.537)</u>	<u>(25.994)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	27	<u>(2.783)</u>	<u>(2.472)</u>	<u>(35.149)</u>	<u>(33.788)</u>
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa de Contas a Receber e Ativos de Contrato		-	-	<u>(5.985)</u>	<u>(5.583)</u>
Outras Receitas/(Despesas) operacionais, líquidas	27	<u>(483)</u>	<u>1.573</u>	<u>7.020</u>	<u>13.338</u>
Equivalência Patrimonial	14	<u>60.756</u>	<u>53.458</u>	<u>(423)</u>	<u>39</u>
LUCRO OPERACIONAL		<u>66.394</u>	<u>57.413</u>	<u>84.524</u>	<u>72.880</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras	28	<u>444</u>	<u>1.588</u>	<u>28.272</u>	<u>33.201</u>
Despesas Financeiras	28	<u>(17.739)</u>	<u>(19.796)</u>	<u>(44.077)</u>	<u>(45.831)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>49.099</u>	<u>39.205</u>	<u>68.719</u>	<u>60.250</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	11	<u>(236)</u>	<u>-</u>	<u>(12.430)</u>	<u>(12.653)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	11	<u>(581)</u>	<u>(466)</u>	<u>(8.007)</u>	<u>(8.858)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>48.282</u>	<u>38.739</u>	<u>48.282</u>	<u>38.739</u>
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				<u>48.282</u>	<u>38.739</u>
Quantidade de ações				<u>85.002</u>	<u>50.002</u>
Lucro líquido por ação				<u>0,57</u>	<u>0,77</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	48.282	38.739	48.282	38.739
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>48.282</u>	<u>38.739</u>	<u>48.282</u>	<u>38.739</u>
Atribuído a:				
Acionistas da Companhia	48.282	38.739	48.282	38.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Reservas de Lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido dos Acionistas	Patrimônio Líquido Total
		Capital Social	Reservas de Contingência	Reserva Legal			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		30.002	-	3.868	63.812	-	97.682
Resultado do Exercício:							
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	38.739	38.739
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	1.937	-	(1.937)	-
Lucros Retidos		-	-	-	36.802	(36.802)	-
Transação de capital com sócios:							
Aumento de Capital Social	25	20.000	-	-	(20.000)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	25	-	-	-	(7.191)	-	(7.191)
Distribuição de Lucros	25	-	-	-	(3.140)	-	(3.140)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		50.002	-	5.805	70.283	-	126.090
Resultado do Exercício:							
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	48.282	48.282
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	2.414	-	(2.414)	-
Reserva de Contingência		-	16.899	-	-	(16.899)	-
Lucros Retidos		-	-	-	28.969	(28.969)	-
Transação de capital com sócios:							
Aumento de Capital Social	25	35.000	-	-	(35.000)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	25	-	-	-	(9.334)	-	(9.334)
Distribuição de Lucros	25	-	-	-	(7.067)	-	(7.067)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		85.002	16.899	8.219	47.851	-	157.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes dos impostos		49.099	39.205	68.719	60.250
Ajustes:					
Equivalência Patrimonial	14	(60.756)	(53.458)	423	(39)
Depreciação e Amortização	28	3.548	1.878	38.487	36.197
Valor Justo - Propriedades para Investimentos		-	(64)	-	(64)
Provisão para Contingências	23	-	-	340	(453)
Provisão de Juros sobre Outras Obrigações	22	-	-	6.570	8.722
Provisão de Juros sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	28	13.133	17.624	26.049	25.506
Provisão de Juros sobre Empréstimos com Partes Relacionadas	10	4.583	1.819	(14)	28
Provisão de Juros sobre Ativos de Concessão	28	-	-	(1.631)	(947)
Provisão para Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	7	-	-	5.910	(1.615)
Ajuste a Valor Presente sobre Arrendamentos	17	-	-	1.128	636
Valor residual de Ativo Imobilizado e Intangível baixados		-	-	(53)	2.841
Provisão Impairment sobre Investimentos		-	-	-	470
Ganho na Alienação de Investimentos		-	(1.506)	-	(1.506)
Perda na Alienação de Propriedade para Investimento		73	-	73	-
Varição nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a Receber de Clientes		(517)	-	(15.442)	(6.952)
Estoques		-	-	73	(50)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos		26.149	51.951	-	9
Tributos a Recuperar		3.002	439	(3.413)	(796)
Outros Créditos		373	-	(361)	(8.811)
Depósitos Judiciais		-	-	(245)	406
Ativos de Financeiro e de Contrato		-	-	(37.110)	(9.794)
Fornecedores		(5)	5	(894)	2.234
Obrigações Sociais e Trabalhistas		-	-	3.299	2.025
Obrigações Tributárias		(1.707)	433	(4.869)	(614)
Outras Obrigações		(10.034)	10.034	(7.601)	10.860
Impostos pagos		(10)	-	(7.245)	(12.653)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		26.931	68.360	72.193	105.890
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Controlada	14	-	(70.000)	-	-
Resgate de Aplicação Financeira		-	-	236	246
Outros Investimentos		(1)	(1)	(4)	(101)
Receita de alienação do Ativo Imobilizado		-	-	1.283	2.002
Adições do Ativo Imobilizado	15	(3.615)	(14.301)	(39.288)	(24.929)
Adições ao Ativo de Contrato e Intangível		-	-	(6.570)	(31.568)
Alienação de Investimentos		-	309	-	170
Alienação de Propriedade para Investimento		400	-	400	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(3.216)	(83.993)	(43.943)	(54.180)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos		(12.406)	(10.780)	(12.406)	(10.780)
Captações de Empréstimos e Financiamentos	19	13.445	53.330	30.778	143.826
Pagamentos de investimentos adquiridos a prazo	22	-	-	(18.053)	(15.422)
Empréstimos com Partes Relacionadas		5.000	78.158	-	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	19	(22.939)	(87.131)	(32.935)	(90.868)
Juros Pagos de Empréstimos e Financiamentos	19	(10.648)	(16.523)	(22.982)	(24.399)
Custo de transação sobre ingressos de empréstimos e financiamentos	19	(11)	75	174	(1.040)
Passivo de Arrendamento	17	-	-	(10.287)	(8.024)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO PELAS) / PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(27.559)	17.129	(65.711)	(6.707)
(REDUÇÃO) / AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.844)	1.496	(37.461)	45.003
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		5.775	4.279	114.081	69.078
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		1.931	5.775	76.620	114.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Receita bruta de serviços e vendas	13.395	7.112	697.517	639.981
Outras receitas (despesas)	(483)	1.573	7.020	13.338
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa de Contas a Receber e Ativos de Co	-	-	(5.985)	(5.583)
	12.912	8.685	698.552	647.736
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	311	277	(185.453)	(186.138)
Materiais aplicados na prestação do serviço	-	-	(32.177)	(30.515)
Energia, água e comunicação	-	-	(2.420)	(2.167)
Outros	(209)	(840)	(14.697)	(17.213)
Serviços de terceiros	(510)	(255)	(35.744)	(32.148)
	(408)	(818)	(270.491)	(268.181)
Valor adicionado bruto	12.504	7.868	428.061	379.555
Depreciação e amortização	(3.548)	(1.878)	(38.487)	(36.197)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	8.956	5.990	389.574	343.358
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	60.756	53.458	(423)	39
Receitas financeiras	444	1.588	28.272	33.201
Valor adicionado total a distribuir	70.156	61.036	417.423	376.598
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	-	-	217.774	195.053
Remuneração direta	-	-	193.286	172.528
Benefícios	-	-	24.488	22.525
Impostos, taxas e contribuições	4.135	2.502	103.133	95.956
Federais	4.135	2.502	81.124	75.585
Municipais	-	-	22.009	20.335
Estaduais	-	-	-	36
Remuneração de capitais de terceiros	17.739	19.796	48.234	46.851
Despesas financeiras	17.739	19.796	44.077	45.831
Alugueis	-	-	4.157	1.020
Remuneração capitais próprios	48.282	38.738	48.282	38.738
Lucro líquido do exercício	31.881	28.407	31.881	28.407
Juros sobre o Capital Próprio	16.401	10.331	16.401	10.331
Valor adicionado distribuído	70.156	61.036	417.423	376.598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ambiental Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, tendo iniciado suas atividades em 18 de agosto de 2020 e sua Sede Administrativa está localizada na Rua Coronel Santiago, 400, Anita Garibaldi no município de Joinville/SC.

Sua principal atividade atual consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de "holding", sendo seu principal ativo o investimento na Empresa Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. A Companhia também realiza locação de veículos e equipamentos.

O principal setor de atuação da Companhia e suas subsidiárias ("Grupo"), por meio das investidas, é a Limpeza Urbana, mas opera também no setor de Saneamento. Oferece serviços como a coleta de resíduos, serviços gerais de limpeza, implantação e operação de aterros sanitários, operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, por meio de concessões públicas e prestações de serviços. A Companhia atualmente opera 6 aterros sanitários, sendo 4 próprios localizados no Oeste de Santa Catarina.

Reorganização societária - Cisão Parcial

Em 30 de abril de 2024, sua controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. realizou transferência de patrimônio líquido através de cisão parcial para sua controlada direta Ambiental Meio Ambiente Ltda., criada em 08 de março de 2024, a fim de reestruturar a segmentação dos negócios de atuação da Grupo. Na cisão, o contrato de prestação de serviços da controlada com o Município de Indaial foi transferido para a Ambiental Meio Ambiente Ltda., que assumiu a prestação de serviços a partir de maio/2024. A relação de bens e saldos incorporados ao patrimônio dessa empresa é demonstrada a seguir:

	Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	Ambiental Meio Ambiente Ltda.
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1)	(1)
Outros Créditos	(5)	(5)
Imobilizado	(495)	(495)
Obrigações Sociais	172	172
Tributos Diferidos	104	104
Acervo líquido cindido	(225)	(225)

Reorganização societária - Alienação de investimento

Durante o exercício de 2022, a Companhia se estruturou societariamente para executar o desinvestimento na controlada Engeco Projetos e Construções Ltda. A estratégia da Companhia foi passar a priorizar o seu core business: atividades de limpeza urbana e saneamento, em detrimento de outras atividades, que eram executadas pela Engeco.

Objetivando concluir o processo de desinvestimento, em 5 de janeiro de 2023 a Companhia assinou o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda das quotas, através da qual vendeu a totalidade de sua participação societária na Engeco Projetos e Construções Ltda.

O valor total líquido de ajustes de preço efetivado na transação foi de R\$ 2.197. O valor foi parcelado em 60 meses.

Incorporação de investimentos - "Grupo Tucano"

Em 1º de janeiro de 2023, a controlada Ambiental Limpeza Urbana incorporou os investimentos nas empresas T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda., Tucano Gestão Ambiental Ltda. e Continental Obras e Serviços Ltda em conjunto referidas como "Grupo Tucano". O acervo líquido incorporado foi no montante de R\$ 35.226, tendo sido contabilizado contra a rubrica de investimentos, com o objetivo de neutralizar o investimento contabilizado até a data de incorporação.

A Companhia contratou consultoria especializada para elaboração dos laudos de incorporação para apuração dos saldos contábeis de 1º de janeiro de 2023 a serem incorporados. A incorporação foi devidamente registrada na JUCESC - Junta Comercial de Santa Catarina através da 44ª alteração contratual.

Os valores justos das demonstrações financeiras apurados na data da incorporação são demonstrados abaixo:

Tucano Gestão Ambiental Ltda - 1º de janeiro de 2023

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.474	Fornecedores	30
Contas a Receber de Clientes	338	Obrigações Sociais	146
Tributos a Recuperar	44	Obrigações Tributárias	132
Adiantamentos a terceiros	5	Adiantamentos de Clientes	3
		Outras Obrigações	100
Total do Ativo Circulante	<u>1.861</u>	Total do Passivo Circulante	<u>411</u>
Não Circulante			
Investimentos em controladas e coligadas	142	Patrimônio Líquido	
Imobilizado	1.192	Capital Social	1.531
		Reservas de Lucros	1.253
Total do Ativo Não Circulante	<u>1.334</u>	Patrimônio Líquido atribuído aos quotistas da controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	2.784
		Total do Patrimônio Líquido	<u>2.784</u>
Total do Ativo	<u>3.195</u>	Total do Passivo	<u>3.195</u>

Continental Obras e Serviços Ltda - 1º de janeiro de 2023

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.548	Fornecedores	205
Contas a Receber de Clientes	108	Obrigações Sociais	651
Tributos a Recuperar	9	Obrigações Tributárias	432
Adiantamentos a terceiros	41	Adiantamentos de Clientes	1
Outros Créditos	42	Outras Obrigações	3
	<hr/>		<hr/>
Total do Ativo Circulante	2.748	Total do Passivo Circulante	1.292
Não Circulante		Não Circulante	
Investimentos em controladas e coligadas	14	Tributos Diferidos	(108)
Imobilizado	4.289	Provisão para Contingências	318
	<hr/>		<hr/>
Total do Ativo Não Circulante	4.303	Total do Passivo Não Circulante	210
		Patrimônio Líquido	
		Capital Social	3.000
		Reservas de Lucros	2.549
		Patrimônio Líquido atribuído aos quotistas da controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	5.549
			<hr/>
		Total do Patrimônio Líquido	5.549
	<hr/>		<hr/>
Total do Ativo	7.051	Total do Passivo	7.051

T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda - 1º de janeiro de 2023

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.395	Fornecedores	2.004
Contas a Receber de Clientes	1.411	Obrigações Sociais	3.841
Estoques	92	Obrigações Tributárias	1.405
Tributos a Recuperar	93		
Adiantamentos a terceiros	166	Total do Passivo Circulante	7.250
Outros Créditos	67		
Partes Relacionadas	12	Passivo Não Circulante	
		Obrigações Sociais	458
Total do Ativo Circulante	11.236	Tributos Diferidos	2.111
		Provisão para Contingências	1.452
Não Circulante			
Investimentos em controladas e coligadas	172	Total do Passivo Não Circulante	4.021
Imobilizado	26.750		
Intangível	6	Patrimônio Líquido	
		Capital Social	18.000
Total do Ativo Não Circulante	26.928	Reservas de Lucros	8.893
		Patrimônio Líquido atribuído aos quotistas da controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	26.893
		Total do Patrimônio Líquido	26.893
Total do Ativo	38.164	Total do Passivo	38.164

Total de saldos incorporados - 1º de janeiro de 2023

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.417	Fornecedores	2.239
Contas a Receber de Clientes	1.857	Obrigações Sociais	4.638
Estoques	92	Obrigações Tributárias	1.969
Tributos a Recuperar	146	Adiantamentos de Clientes	4
Adiantamentos a terceiros	212	Outras Obrigações	103
Outros Créditos	109		
Partes Relacionadas	12	Total do Passivo Circulante	8.953
Total do Ativo Circulante	15.845	Não Circulante	
		Obrigações Sociais	458
Não Circulante		Tributos Diferidos	2.003
Investimentos em controladas e coligadas	328	Provisão para Contingências	1.770
Imobilizado	32.231		
Intangível	6	Total do Passivo Não Circulante	4.231
Total do Ativo Não Circulante	32.565	Patrimônio Líquido	
		Capital Social	22.531
		Reservas de Lucros	12.695
		Patrimônio Líquido atribuído aos quotistas da controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	35.226
		Total do Patrimônio Líquido	35.226
Total do Ativo	48.410	Total do Passivo	48.410

Contrato de concessão

Atualmente, a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. possui as seguintes Concessões Públicas de Limpeza Urbana:

Empresa	Objeto do contrato	Ano inicial - final	Poder concedente (cliente)	Opção de renovação ao final da concessão (i)
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	Serviços de Limpeza Urbana do Município	1997 - 2037	Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	Não
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2002 - 2032	Prefeitura Municipal de Itajaí	Sim
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2005 - 2030	Prefeitura Municipal de Itapema	Sim
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2002 - 2032	Prefeitura Municipal de Joinville	Sim
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2024 - 2043 (ii)	Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul	Sim
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2004 - 2031	Prefeitura Municipal de São José	Sim

(i) Os contratos de concessão preveem renovação ou extensão dentro do prazo limite definido pelos Editais sem necessidade de nova licitação.

(ii) A renovação do contrato foi assinada no dia 02 de janeiro de 2023, prorrogando por mais 20 anos a partir de 07 de março de 2024 à 07 de março de 2043.

Em todas as concessões a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. possui direito de utilização total dos ativos concedidos durante o período do contrato. Obedecendo às condições de uso acordadas, deve efetuar melhorias nos ativos concedidos, como: investimentos no sistema de tratamento e destinação final de resíduos; obras de ampliação e implementação de melhorias nas instalações e/ou equipamentos.

A controlada é requerida a realizar manutenções periódicas dos ativos (instalações, veículos, equipamentos). Estas manutenções são remuneradas através da tarifa acordada no início da concessão, e revisada anualmente, mediante reajuste ou readequação desta tarifa para garantia do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Contratos de prestação de serviços

A a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. está presente em 122 (104 em 31 de dezembro de 2023) municípios do estado de Santa Catarina com 155 (175 em 31 de dezembro de 2023) contratos públicos de prestação de serviços de Limpeza Urbana. Além dos contratos públicos, possui 1.931 contratos privados para prestação do serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde (“lixo hospitalar”) e 29 contratos privados para prestação de serviços de limpeza urbana.

Medidas de equacionamento econômico e financeiro:

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras da controladora o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 115.897 (R\$ 114.776 em 31 de dezembro de 2023) decorrente principalmente do fluxo de pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures descritos na nota explicativa nº 19. A Companhia está adotando medidas estratégicas para fortalecer sua estrutura de capital, mediante a captação de recursos por meio de ingresso de novo sócio. Essa iniciativa trará liquidez adicional para a Companhia, possibilitando a quitação das obrigações de curto prazo com sua controlada.

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que a geração de fluxos de caixa futuros será suficiente para quitar as obrigações das debêntures e demais passivos financeiros, bem como que a manutenção atual da gestão de seus ativos será suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. Além disso, historicamente a Companhia vem gerando recursos suficientes para arcar com todas as suas obrigações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando em um período previsível de tempo. Desta forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as Normas Contábeis Internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Controladora, aqui denominadas demonstrações financeiras individuais, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas subsidiárias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia e pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2025.

2.2. Base para consolidação

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Empresas consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas:

	Local constituição e operação	Negócio	Quantidade de quotas possuídas		Participação no Capital Social (%)	
			2024	2023	2024	2023
Diretas:						
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	248.070	178.070	100%	100%
Indiretas:						
Ecotrash - Consultoria Empresarial Conservação Limpeza e Saneamento Ltda	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	21	21	100%	100%
Ambiental Meio Ambiente Ltda (i)	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	7.226	-	100%	-

(i) A empresa foi constituída em 08 de março de 2024 e em 30 de abril de 2024 foi realizada cisão parcial transferindo bens para o início da operação da empresa, incluindo o contrato de prestação de serviços com o município de Indaial.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis são aplicadas uniformemente àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O cálculo de equivalência patrimonial é realizado na mesma data do balanço da controladora.

Controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do controle exercido em relação à investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia determina, em cada fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nenhuma provisão foi considerada necessária pela Administração.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período conforme incorridos.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, existindo destaque da participação dos sócios não controladores. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Sua controlada atua nas seguintes atividades:

Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.: atua no setor de Limpeza Urbana desde sua fundação e ingressou no setor de Saneamento em 2003, oferecendo serviços como a coleta de resíduos, serviços gerais de limpeza, implantação e operação de aterros sanitários, operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, por meio de concessões públicas e contratos de prestações de serviços.

b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação detida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

d) Investimentos em coligada

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle. A demonstração dos investimentos em entidade com influência significativa é conforme segue:

Nome da entidade	Local	Setor	Participação (ações)	Percentual de participação
Itajaí Biogás e Energia S.A. (i)	Brasil (PR)	Energia Elétrica	1.546	25,00%

(i) A Companhia possui influência significativa indireta por meio de sua controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida de forma reflexa nas reservas da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia constitui provisão em seu passivo quando a participação da Companhia nas perdas de uma controlada ou coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, exceto em situações de extinção ou inaplicabilidade de tal obrigação da data de apresentação das demonstrações financeiras.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (ii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos, quando aplicável, dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro das empresas do Grupo. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração do Grupo. Anualmente, o Grupo revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

b) Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A administração do Grupo, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito. Para esses processos, a controlada mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários - o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido atualizados; e (iii) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor mais provável de desembolso estimado.

- Perda possível: são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota e menor do que provável. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a controlada não faz provisão, mas divulga em nota explicativa os processos de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos em que o risco de perda é pequeno, menor do que possível. Para esses processos, a controlada não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Administração do Grupo acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a controlada, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

c) Receita não faturada

A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de direitos a faturar, com base em especificações de cada venda pautadas em contratos e cumprimento das obrigações de desempenho por valores considerados altamente prováveis de serem realizados pela controlada, observando o período de competência da efetiva prestação dos serviços.

d) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. registra as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do saldo de contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida, metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber. Ainda que a controlada acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

e) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado.

Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

f) Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais sua controlada ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

g) Direito de uso e passivo de arrendamento

A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de desconto com base nas taxas aplicáveis no mercado brasileiro, ajustadas à realidade da controlada ("spread" de crédito). A controlada utiliza-se de premissas relevantes na determinação da taxa de desconto para a mensuração do valor presente dos pagamentos de arrendamentos.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia nos exercícios apresentados.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. A Companhia classifica os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividade de financiamento, considerando que referem-se ao custo de obtenção de recursos financeiros.

4.2. Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber da Companhia são provisionadas para perdas baseada na taxa histórica de perdas de períodos anteriores e perdas esperadas, conforme preconiza o CPC 48 (IFRS 9). Nos casos em que a Companhia obtiver claras evidências de que o valor não será recebido, será considerado perda efetiva (despesas gerais e administrativas na Demonstração de Resultados).

A política da Companhia para provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa contempla o saldo vencido há mais de 180 dias. O saldo vencido há mais de 180 dias não provisionado em 31 de dezembro de 2023, líquido da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, refere-se a renegociações em fase de formalização e com alta probabilidade de êxito, para os quais Administração não espera registrar perdas.

Além disso, em linha com o CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros, a política da Companhia também considera as perdas de créditos esperadas para os seus recebíveis, sendo essas, o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia de acordo com o relacionamento com os clientes e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Fazem parte da estimativa de Créditos de Liquidação Duvidosa todas as faturas vencidas há mais de 180 dias dos clientes de domicílio, e há mais de 365 dias dos clientes públicos.

No caso de acordos para valores refinanciados, o contas a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros a prazo e somente registrado se o mesmo for relevante para as demonstrações financeiras.

4.3. Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

<u>Ativo/Passivo Financeiro</u>	<u>Classificação</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Custo amortizado
Contas a receber	Custo amortizado
Ativo financeiro de concessão	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Adiantamento de clientes	Custo amortizado

4.3.1. Ativos Financeiros

Classificação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais, enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, ativo financeiro de concessão, fornecedores, debêntures, empréstimos a coligadas e adiantamento a clientes.

A Companhia avaliou no final do período se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estaria deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

4.3.2. Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48/IFRS 9.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (debêntures, empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos, tampouco atividades de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

4.4. Intangível

Softwares e direitos de uso

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. O direito de uso refere-se à exploração do contrato privado ou público firmado entre as controladas e o poder concedente ou cliente.

Ativo intangível - Construções decorrentes de contratos de concessões

A Companhia reconhece seus ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia. Já o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização. O saldo é amortizado conforme prazo do contrato de concessão, ou vida útil, dos dois o menor.

4.5. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica "Outras Receitas (Despesas) Operacionais"

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	50
Instalações	15
Máquinas e equipamentos	5 a 20
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	4 a 7
Equipamentos de comunicação	5
Benfeitorias em aterros sanitários	Conforme vida útil residual

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, sendo que representam adequadamente a posição no final do exercício.

4.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

4.7. Debêntures, empréstimos, notas comerciais e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

Ambiental Participações S.A.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.8. Arrendamentos

A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento em consonância com o Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

As obrigações da controlada nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Todos os contratos contemplam opções de renovação.

Premissas para o reconhecimento

A controlada reconhece o Direito de Uso de Ativos e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não são considerados.
- (iii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (iv) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (v) A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi obtida através de pesquisas de mercado, objetivando aplicar uma taxa de desconto similar ao custo financeiro de aquisição de ativos similares, caso fossem financiados.

As operações de arrendamento da controlada em vigência em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

i) Arrendatário

A controlada aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A controlada reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

ii) Ativos de direito de uso

A controlada reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são

mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 1 a 10 anos.

iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a controlada reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

4.9. Concessões

Ativo financeiro - Decorrente de receita de construções sobre concessões ativas

São representados pelos direitos a faturar decorrentes das receitas de construção dos contratos de concessão pública com ativo financeiro, reconhecidos na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente pelos serviços de construção, sejam eles ao longo do contrato ou ao término da concessão.

Ativo intangível - Decorrente de receita de construções sobre concessões ativas

São representados pelas receitas de serviços remunerados diretamente pelo consumidor (proprietário ou responsável pelo imóvel), sendo caracterizadas como ativo intangível em suas contabilizações. Diante das circunstâncias desses casos, a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. (Concessionária) reconhece o ativo intangível na medida em que a contraprestação do concessionário depende do uso da infraestrutura, assumindo o risco de demanda.

A controlada reconhece seus ativos financeiros e intangíveis decorrentes dos contratos de concessão em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela controlada. Já o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

Modelo híbrido: os serviços em que parte do valor será subsidiada pelas prefeituras e a outra parte é paga pelo usuário, a controlada deve caracterizar a receita pelo modelo híbrido, reconhecendo a receita subsidiada pela prefeitura como ativo financeiro e os proventos advindos dos consumidores como ativo intangível.

4.10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes ao período corrente são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do período.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

4.11. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido pelo valor justo, considerando os gastos incorridos pela controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. na formação da infraestrutura de cada contrato, juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção dos ativos qualificáveis, quando aplicável, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial, estabelecido pela controlada como superior a 12 meses, para ficar pronto para uso, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da controlada. Os valores de construção da infraestrutura são reconhecidos como receita, pelo seu valor justo, desde que gerem benefícios econômicos futuros.

4.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos serviços prestados entre as empresas do Grupo. O Grupo reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a

seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

O Grupo considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, entre outros). Ao determinar o preço de transação para a venda dos serviços, a Companhia e sua controlada consideram os efeitos, quando aplicado da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

a) Receitas de locação de veículos e equipamentos

Seguindo os requisitos para reconhecimento da receita, a Companhia registra a receita de locação pelo valor justo da contraprestação a receber, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida.

b) Receitas de serviços de saneamento e limpeza urbana

A receita de prestação de serviço de saneamento é reconhecida por ocasião da prestação de cada serviço, seguindo os requisitos de reconhecimento de receita. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

c) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da controlada na formação do seu ativo intangível ou ativo financeiro, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12/ ICPC 01 (R1) e OCPC 05).

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível e contas a receber por direitos a faturar).

d) Remuneração de ativo financeiro

A remuneração de ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondentes aos contratos de concessão pública e contratos com arrendamentos financeiros e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receitas das operações da controlada. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica de cada contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

e) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

4.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A controlada reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

5. NORMAS EMITIDAS MAS AINDA NÃO VIGENTES

As seguintes novas normas foram emitidas, mas ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Companhia irá adotar as normas e novas interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.

Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundo Fixo	-	-	34	39
Bancos Conta Movimento	20	26	118	151
Aplicações de Liquidez Imediata	1.911	5.749	76.467	113.891
Total	1.931	5.775	76.620	114.081

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que o Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário ("CDB"), fundo de investimento e operações compromissadas com bancos de primeira linha, sendo resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações estando a remuneração relacionada a uma variação média anual ponderada de aproximadamente 100,17% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2024 (100,76% do CDI em 31 de dezembro de 2023). As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do Pronunciamento Contábil CPC 03.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a Receber				
Órgãos Públicos	-	-	47.669	36.475
Cobrança direta de tarifa de coleta de lixo	-	-	116.415	111.888
Clientes particulares	-	-	533	811
Clientes partes relacionadas (i)	1.217	700	-	-
Total	1.217	700	164.617	149.174
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(93.077)	(87.013)
Total	1.217	700	71.539	62.161

Ambiental Participações S.A.

(i) As transações com partes relacionadas estão detalhadas na Nota 9 - Partes Relacionadas.

Demonstramos abaixo a abertura de contas a receber por idade de vencimento:

Aging List de Contas a Receber de Clientes	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A Vencer até 60 dias	1.217	700	18.541	18.834
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-	7.732	10.752
Vencidos de 31 a 180 dias	-	-	13.651	14.261
Vencidos de 181 a 365 dias	-	-	11.542	12.037
Vencidos acima de 365 dias	-	-	79.515	70.052
Total	1.217	700	130.981	125.936
Receitas a faturar	-	-	33.636	23.238
Total	1.217	700	164.617	149.174

Apresentamos a seguir a composição do total do contas a receber vencido, líquido das provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	Contas a Receber	Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023
Órgãos Públicos	7.380	(1.964)	5.416	5.442
Cobrança direta de tarifa de coleta de lixo	104.656	(90.884)	13.772	14.442
Clientes particulares	404	(229)	175	205
	112.440	(93.077)	19.363	20.089

A movimentação das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa da Companhia é a seguinte:

	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2022	(85.398)
Alienação de investimentos - transferência de acervo líquido	30
Adições	(27.920)
Contas a receber baixadas por recebimento	26.275
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(87.013)</u>
Adições	(19.352)
Contas a receber baixadas por recebimento	13.288
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(93.077)</u>

Garantias

A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. efetuou as seguintes cessões em garantias:

- a) Contas a receber das tarifas de coleta de lixo de Joinville cedidos em garantia na operação de emissão de debêntures realizada com o Banco Bradesco S.A.
- b) Contas a receber das tarifas de coleta de lixo dos municípios de São José, Itapema e Itajaí em garantia na operação de emissão de notas comerciais com o Banco Itaú S.A.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CSRF a recuperar	-	-	243	165
IRRF a recuperar (i)	2.518	2.183	9.147	5.332
Crédito Judicial - INSS (ii)	-	-	787	1.347
Outros impostos a recuperar	-	-	203	121
Total	<u>2.518</u>	<u>2.183</u>	<u>10.380</u>	<u>6.965</u>

(i) Os saldos apresentados na controladora referem-se, substancialmente, ao imposto retido na fonte no resgate de aplicações financeiras e juros sobre capital próprio, recebido de sua controlada. Na controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda., os saldos apresentados referem-se, substancialmente, ao imposto de renda retido na fonte pelos clientes, discriminados em notas fiscais de serviço.

(ii) Refere-se ao saldo de contingência ativa, no qual a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. solicitou inexistência de Contribuição Previdenciária e contribuição destinada a Terceiros sobre o abono assiduidade, salário-maternidade, bem como sobre os dias de afastamento que antecedem o auxílio-doença, o qual teve sentença transitada em julgado a favor da Companhia no exercício de 2021.

9. PARTES RELACIONADAS

As seguintes transações foram registradas com partes relacionadas:

(a) Empréstimos com Partes Relacionadas

Parte Relacionada	Taxa de juros	Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Não Circulante						
Itajaí Biogás e Energia S.A. (investida)	Poupança	Contrato de mútuo	-	-	184	173
			-	-	184	173
Passivo Circulante						
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. (controlada) (i)	IPCA	Contrato de mútuo	102.066	93.348	-	-
			102.066	93.348	-	-

(i) Refere-se, substancialmente, à contrato de mútuo celebrado entre a Companhia e sua controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda., para cumprimento de suas obrigações financeiras.

(b) Juros sobre Capital Próprio

Abaixo apresentamos o saldo de Juros sobre Capital Próprio creditados e não quitados ou recebidos nas datas das Demonstrações Financeiras:

Parte Relacionada	Natureza da Operação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. (controlada)	Juros sobre Capital Próprio a Receber	10.020	6.234	-	-
		10.020	6.234	-	-
Passivo					
Acionistas pessoa física	Juros sobre Capital Próprio a Pagar	4.354	1.760	4.354	1.760
		4.354	1.760	4.354	1.760

(c) Demais transações com partes relacionadas

Os saldos demonstrados abaixo possuem relação com partes relacionadas da Companhia:

Parte Relacionada	Referência Nota Explicativa	Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda (controlada)	7	Contas a Receber - Locação de bens móveis	1.217	700	-	-
Beta Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (sócias em comum)	17	Direito de Uso de Arrendamento - locação de imóveis	-	-	720	688
Total de saldos com outras transações com Partes Relacionadas - Ativo			1.217	700	720	688

Parte Relacionada	Referência Nota Explicativa	Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Emtuco Serviços e Participações S/A (sócios com vínculo familiar)	18	Contratação de serviços	-	-	4	8
Beta Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (sócios em comum)	17	Passivo de arrendamento - locação de bens imóveis	-	-	764	694
Acionistas não controladores (i)	22	Aquisição de cotas de acionista não controlador - Ecotrash	-	-	138	372
Total Partes Relacionadas - Passivo			-	-	906	1.074
Passivo Circulante			-	-	906	937
Passivo Não Circulante			-	-	-	137

(i) Refere-se à aquisição das cotas de sócio não controlador da controlada indireta Ecotrash Consultoria Empresarial Ltda.

As transações da Companhia com partes relacionadas estão assim representadas na Demonstração de Resultados:

	Controladora			
	Resultado financeiro		Receita operacional bruta	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	(4.583)	(1.820)	13.395	7.112
Engeco Projetos e Construções Ltda.	-	1	-	-
Total de transações com partes relacionadas	(4.583)	(1.819)	13.395	7.112

	Consolidado			
	Resultado financeiro		Custo do serviço prestado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Parte Relacionada				
Emtuco Serviços e Participações SA. (i)	-	-	(4.297)	(4.841)
Itajaí Biogás e Energia S.A.	14	28	-	-
Beta Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (ii)	(55)	(57)	(832)	(791)
Engeco Projetos e Construções Ltda.	-	1	-	-
Sócio pessoa física não controlador	-	(22)	-	-
Total de transações com partes relacionadas	(41)	(50)	(5.129)	(5.632)

(i) Refere-se, substancialmente, a contratação de mão de obra para operação dos serviços de limpeza urbana.

(ii) Refere-se, substancialmente, a locação de imóveis.

Demais informações sobre as transações com partes relacionadas

a) Administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração com três integrantes e uma Diretoria Executiva com dois integrantes.

Não há nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como o Grupo não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. O Grupo também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. O pessoal-chave da administração corresponde aos acionistas e diretores da Companhia.

A remuneração paga ao Conselho de Administração por seus serviços correspondeu ao montante consolidado de R\$ 692 (R\$ 1.380 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) e da Administração da Companhia ao montante de R\$ 2.705 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.137 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

10. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Créditos com terceiros	40	-	87	570
Crédito referente alienação de investimento (i)	1.476	1.888	1.475	1.888
Despesas do exercício seguinte - seguros a apropriar	-	-	40	50
Adiantamentos a funcionários	-	-	142	188
Adiantamentos a fornecedores	-	-	825	605
Precatórios a receber (ii)	-	-	5.223	11.252
Crédito de suplementos (iii)	-	-	23.290	16.012
Total	1.516	1.888	31.082	30.566
Ativo Circulante	453	413	1.509	3.336
Ativo Não Circulante	1.063	1.475	29.573	27.230

(i) Créditos referente alienação de investimento

A Companhia assinou em 05 de janeiro de 2023 o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda das quotas da Engeco Projetos e Construções Ltda., através da qual transferiu ao comprador 100% das quotas. O valor total da alienação acordado entre as partes foi de R\$ 2.300, dividido em 60 parcelas.

(ii) Precatórios a receber

A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda reconheceu valores decorrentes de processos de cobrança de seus clientes. Os processos são listados abaixo:

- Processo 5006121-51.2022.8.24.0031 movido contra o Município de Indaial, cujo objeto era a cobrança de atualização monetária decorrente de atraso de pagamento, diferenças de aprovação de reajuste anual e revisões de preço. O valor atualizado do precatório é de R\$ 205 e a expectativa de recebimento é para o segundo semestre/2026.

- Processo 5033811-17.2023.8.24.0000 movido contra o Município de São José: cujo objeto era a expedição de mandado de pagamento ao município para que efetuasse pagamento de fatura não quitada. O valor atualizado do precatório é de R\$ 1.999 e a expectativa de recebimento é para o primeiro semestre/2026.

- Processo 0004982-71.2020.8.24.0500 movido contra o Município de Balneário Camboriú, cujo objeto era o pedido de equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão, que cobra o saldo da arrecadação da Tarifa de Coleta de Lixo do ano de 1998. O valor atualizado do precatório é de R\$ 3.019. O crédito está sendo recebido de forma parcelada.

(iii) Créditos de suplemento

A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. assinou no dia 20 de abril de 2022 o 8º Termo Aditivo ao Contrato 378/2022 - Contrato de Concessão com o Município de Joinville. O Termo Aditivo determinou cronograma financeiro para quitação dos valores de suplementos, que representam a parte dos serviços remunerados pelo município. Desde a assinatura do Termo Aditivo até 31 de dezembro de 2024, o crédito de suplemento foi reconhecido de acordo com valores aprovados pelo Município anualmente. O crédito de suplemento está previsto para ser quitado a partir de 2025. O percentual do suplemento relativo às construções de obras está registrado na rubrica de Ativo de Contrato.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Composição dos impostos diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Os valores são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Ativo fiscal diferido</u>				
Ativo Intangível e Financeiro - Custos de Construções de Concessões	-	-	(33.347)	(25.649)
Arrendamentos	-	-	(61)	(37)
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(969)	(998)
Provisão para Contingências	-	-	(1.684)	(1.569)
Ágio gerado em aquisições de investimentos	-	-	652	(868)
Provisão para Encerramento dos Aterros Sanitários	-	-	(283)	(117)
<u>Passivo fiscal diferido</u>				
Imobilizado - Custo Atribuído	-	-	897	938
Imobilizado - Revisão da Vida Útil	1.355	682	6.704	6.072
Ativo Intangível e Financeiro - Construções de Concessões	-	-	52.988	38.812
Receita sobre Precatórios	-	-	1.776	3.826
Lucro Diferido com Órgãos Governamentais (i)	-	-	12.795	10.959
Propriedades para Investimento - Valor Justo	-	93	-	93
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	1.355	775	39.468	31.462

(i) Referem-se à tributação de faturamento contra Prefeituras, diferidos em função do não recebimento.

b) Reconciliação da Alíquota Nominal com a Taxa Efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, diferem do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicáveis aos lucros individual e consolidado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	49.099	39.205	68.719	60.250
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(16.694)	(13.330)	(23.364)	(20.485)
Efeito das adições (exclusões)	15.877	12.864	2.927	(1.026)
Equivalência patrimonial	20.657	18.176	(144)	4
Juros sobre o Capital Próprio	(4.512)	(2.342)	3.054	2.445
Prejuízo fiscal	(266)	(2.970)	(378)	(2.970)
Outros	(2)	-	395	(505)
Efeito das adições (exclusões) permanentes	(817)	(466)	(20.437)	(21.511)
Composição do IR e da CS:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(236)	-	(12.430)	(12.653)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(581)	(466)	(8.007)	(8.858)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(817)	(466)	(20.437)	(21.511)
Alíquota efetiva	-2%	-1%	-30%	-36%

12. ATIVO DE CONTRATO

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo de contrato (i)	145.190	106.449

(i) O ativo de contrato é substancialmente composto pela receita de construção da obra Unidade de Recuperação Energética, em construção no Aterro Sanitário de Joinville. No processo de renovação da sua concessão junto à Prefeitura Municipal de Joinville, a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. assumiu a contrapartida de desenvolver uma linha de produção para geração de CSBI - Composto Biossintético Industrial, composto este que será utilizado como combustível em uma caldeira de vapor, com intuito de gerar energia elétrica via turbogerador. A receita reconhecida referente esta obra totaliza o montante de R\$ 103.443.

A incorporação desse ativo ao intangível e financeiro da controlada ocorrerá quando o mesmo for finalizado, com previsão para o primeiro semestre de 2025, sendo que essa linha de produção não gerará incremento na tarifa cobrada pela controlada.

Demonstramos abaixo a movimentação da rubrica:

	<u>Consolidado</u>
	<u>Obras em andamento</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	63.217
Adições	47.506
Juros	947
Transferências	(4.551)
Baixas por recebimento	(670)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	106.449
Adições	43.471
Juros	1.631
Transferências	(6.229)
Baixas por recebimento	(132)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>145.190</u>

13. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

	<u>Consolidado</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		<u>4.078</u>
(+) Aumento		1.228
(-) Recebimentos		(3.464)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		<u>1.842</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.842
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante	-	-
Não Circulante	<u>1.842</u>	<u>1.842</u>
Total	1.842	1.842

O ativo financeiro é representado pelo direito de faturar receitas decorrentes de construções relacionadas aos contratos de concessões públicas. A amortização do saldo ocorre na medida em que há o recebimento da contrapartida do cliente.

- Os saldos referem-se à construções vinculadas aos contratos de concessão de Joinville e Itajaí. Não há expectativa de recebimento dos saldos a curto prazo.

14. INVESTIMENTOS

a) Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empresas Controladas - Diretas				
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	344.933	317.450	-	-
Empresas Coligadas - Indiretas (Influência Significativa)				
Itajaí Biogás e Energia S.A.	-	-	871	1.294
Cotas de capital em cooperativas	2	1	383	378
Total Investimentos	344.935	317.451	1.254	1.672

(i) Refere-se às cotas de capital nas cooperativas de crédito Sicredi e Sicoob, requisito obrigatório para manutenção da conta e relacionamento nessas instituições.

b) Movimentação dos investimentos - Controladora

	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	Equivalência Patrimonial	Saldo Final
Controladas (Diretas)						
Engeco Projetos e Construções Ltda.	690	-	(690)	-	-	-
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda (i)	251.992	70.000	-	(57.999)	53.457	317.450
Em 31 de dezembro de 2023	252.682	70.000	(690)	(57.999)	53.457	317.450
Controladas (Diretas)						
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	317.450	-	-	(33.273)	60.756	344.933
Em 31 de dezembro de 2024	317.450	-	-	(33.273)	60.756	344.933

(i) A Companhia incorporou durante o exercício de 2023 ao Patrimônio Líquido da controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda., Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 70.000, convertido em capital social em janeiro de 2024.

c) Movimento de outros investimentos - Consolidado

	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo Final</u>
Itajaí Biogás (i)	84	(21)	1.231	1.294
Saldo em 31 de dezembro de 2023	84	(21)	1.231	1.294
Itajaí Biogás (i)	<u>1.294</u>	<u>(423)</u>	-	<u>871</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.294	(423)	-	871

(i) Refere-se à participação da controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda, a qual representa uma coligada pois a controlada não possui controle sobre a Itajaí Biogás.

Ambiental Participações S.A.

d) Resumo das Informações Financeiras de Controladas

		2023											
		% de participação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante Líquido	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante	Ativo Não Circulante Líquido	Patrimônio Líquido	Investimento	Receita Líquida de Serviços e Vendas	Lucro bruto	Lucro líquido do exercício
Controladas Diretas													
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda		100%	272.451	94.235	178.216	327.172	187.938	139.234	317.450	317.450	581.203	105.306	56.575
										317.450			
		2024											
		% de participação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante Líquido	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante	Ativo Não Circulante Líquido	Patrimônio Líquido	Investimento	Receita Líquida de Serviços e Vendas	Lucro bruto	Lucro líquido do exercício
Controladas Diretas													
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda		100%	248.664	114.440	134.224	397.557	186.848	210.708	344.933	344.933	618.995	112.141	60.756
										344.933			

Ambiental Participações S.A.

e) Consórcios e Sociedades de Propósito Específico

A Companhia possui participação em consórcios e/ou Sociedades de Propósito Específico através de suas controladas Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda e Ambiental Meio Ambiente Ltda.. O objetivo dos consórcios e sociedades é a participação da Companhia em licitações, atuando com as demais consorciadas e/ou sócios no setor de Limpeza Urbana ou Saneamento.

Abaixo citamos os consórcios/SPEs vigentes na data da elaboração dessas demonstrações financeiras:

Consórcios e SPEs	Consoiciadas/sócias	Objeto
Consórcio Ambiental São José Ltda.	Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. e Ecotrash - Consultoria Empresarial, Conservação, Limpeza e Saneamento Ltda.	Contrato de Concessão de Limpeza Urbana do Município de São José/SC
Consórcio Jaraguá Limpeza Urbana Ltda.	Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. e Versa Engenharia Ambiental Ltda.	Prestação de Serviços de Limpeza Urbana à Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul/SC
Consórcio Camboriú Proactiva-Ambiental	Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. e Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda.	Prestação de Serviços de Limpeza Urbana à Prefeitura Municipal de Camboriú/SC
Consórcio Saneamento Balneário Camboriú	Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. e Feco Eletromecânica Ltda.	Prestação de Serviços de Saneamento ao EMASA - Empresa Municipal Água e Saneamento em Balneário Camboriú/SC
Riosulense SPE Ltda.	Ambiental Meio Ambiente Ltda., Planalto Resíduos Ltda. e Saay's Soluções Ambientais Ltda.	Concessão patrocinada dos serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana do município de Rio do Sul/SC

15. IMOBILIZADO

	Controladora		
	Veículos (b)	Imobilizado em Andamento (c)	Total
Taxas de depreciação a.a.	14 a 25%		
Custo	8.159	8.728	16.887
Depreciação Acumulada	(1.051)	-	(1.051)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.108	8.728	15.836
Adições	18	14.283	14.301
Transferências	11.961	(11.961)	-
Depreciação	(1.878)	-	(1.878)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.209	11.050	28.259
Custo	20.138	11.050	31.188
Depreciação Acumulada	(2.929)	-	(2.929)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.209	11.050	28.259
Adições	-	3.615	3.615
Transferências	14.665	(14.665)	-
Depreciação	(3.548)	-	(3.548)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	28.326	-	28.326
Custo	34.803	-	34.803
Depreciação Acumulada	(6.477)	-	(6.477)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	28.326	-	28.326

(a) O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em, 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável que gerasse a necessidade de impairment. Todos os ativos estão em pleno uso operacional.

(b) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os veículos adquiridos através de Financiamentos são garantia que suportam os respectivos contratos.

(c) O saldo refere-se, substancialmente, à aquisição de veículos para a operação da Companhia, que ainda não entraram em operação.

Ambiental Participações S.A.

Consolidado	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos (b)	Equipamentos de Comunicação	Imobilizado em Andamento (c)	Mais valia Imobilizado (d)	Provisão Para Encerrar Entos dos Ate rros (e)	Total
							25%					
Custo	11.110	651	3.770	27.325	1.457	2.122	93.474	67	9.711	27.092	-	176.779
Depreciação Acumulada	-	(101)	(1.745)	(11.344)	(1.006)	(1.266)	(48.613)	(67)	-	(2.569)	-	(66.711)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.110	550	2.025	15.981	451	856	44.861	-	9.711	24.523	-	110.068
Adições	-	-	42	1.913	100	536	1.401	7	20.930	-	10.686	35.615
Baixas	(45)	-	(17)	(202)	(139)	(218)	(5.100)	(8)	(112)	(2.407)	-	(8.248)
Transferências	108	(548)	1.143	(4.292)	23	47	18.696	(3)	(15.174)	-	-	-
Transferências de Acervo Líquido (Custo Engeco)	-	-	(27)	(267)	(23)	(54)	(193)	(9)	-	-	-	(573)
Depreciação	-	(2)	(606)	(2.242)	(95)	(298)	(9.424)	-	-	(6.171)	(344)	(19.182)
Baixa da Depreciação	-	-	13	141	136	209	4.391	4	-	246	-	5.140
Transferências de Acervo Líquido (Depreciação Engeco)	-	-	19	220	16	49	192	9	-	-	-	505
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.173	-	2.592	11.252	469	1.127	54.824	-	15.355	16.191	10.342	123.325
Custo	11.173	103	4.911	24.477	1.418	2.433	108.278	54	15.355	24.685	10.686	203.573
Depreciação Acumulada	-	(103)	(2.319)	(13.225)	(949)	(1.306)	(53.454)	(54)	-	(8.494)	(344)	(80.248)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.173	-	2.594	11.252	467	1.133	54.824	-	15.355	16.191	10.342	123.325
Adições	1.056	-	509	4.005	703	629	1.858	-	30.528	-	-	39.288
Baixas	(307)	-	(71)	(276)	(68)	(291)	(1.630)	(14)	(90)	(556)	-	(3.303)
Transferências	-	-	1.263	614	68	29	35.107	-	(37.081)	-	-	-
Depreciação	-	-	(1.001)	(2.202)	(114)	(389)	(11.142)	-	-	(4.364)	(428)	(19.640)
Baixa da Depreciação	-	-	44	131	63	280	1.228	14	-	314	-	2.074
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.922	-	3.338	13.524	1.119	1.391	80.245	-	8.712	11.585	9.914	141.744
Custo	11.922	103	6.612	28.820	2.121	2.800	143.613	40	8.712	24.129	10.686	239.558
Depreciação Acumulada	-	(103)	(3.276)	(15.296)	(1.000)	(1.415)	(63.368)	(40)	-	(12.544)	(772)	(97.814)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.922	-	3.336	13.524	1.121	1.385	80.245	-	8.712	11.585	9.914	141.744

Ambiental Participações S.A.

(a) O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável que gerasse a necessidade de impairment. Todos os ativos estão em pleno uso operacional.

(b) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os veículos adquiridos através de Financiamento são garantia que suportam os respectivos contratos.

(c) O saldo refere-se, substancialmente, à aquisição de veículos para a operação do Grupo, que ainda não entraram em operação.

(d) A mais valia refere-se ao valor justo sobre o imobilizado do Grupo Tucano adquirido durante o ano de 2022.

(e) Refere-se à provisão com custos futuros para encerramento dos aterros sanitários, representa um conjunto de medidas futuras de responsabilidade da controlada para remediação ambiental, visto que a controlada possui obrigação sobre o solo e manutenções, o tratamento de todo o chorume restante nas estações de tratamento e manutenção dos sistemas de tratamento, até 20 anos após o encerramento dos ativos. A provisão foi estimada a preços constantes e com base no fluxo de caixa projetado utilizando a taxa de desconto real média de 12,5% a.a.

16. INTANGÍVEL

Consolidado	Software	Obras em Aterro Sanitário	Sistema de Contentores Subterrâneos	Outros (a)	Intangível em andamento	Contratos de Concessão (b)	Mais valia - Licenças de operação de aterros sanitários (c)	Mais valia - Relacionamento com clientes (c)	Ágio (d)	Total
Taxas de amortização a.a.	20%	20%	5%							
Custo	700	1.470	1.221	509	1.807	12.805	-	-	-	18.512
Amortização Acumulada	(465)	(1.325)	(272)	(64)	-	(4.669)	-	-	-	(6.795)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	235	145	949	445	1.807	8.136	-	-	-	11.717
Adições	288	-	-	-	421	618	-	-	-	1.327
Baixas	(1)	-	-	-	(2.228)	(202)	-	-	-	(2.431)
Amortização	(154)	(20)	(95)	(36)	-	(474)	(5.126)	(3.718)	-	(9.623)
Transferências de Acervo Líquido (Custo)	(9)	-	-	-	-	-	48.500	25.422	23.590	97.503
Transferências de Acervo Líquido (Amortização)	6	-	-	-	-	-	(3.392)	(4.048)	-	(7.434)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	365	125	854	409	-	8.078	39.982	17.656	23.590	91.059
Custo	978	1.470	1.221	509	-	13.221	48.500	25.422	23.590	114.911
Amortização Acumulada	(613)	(1.345)	(367)	(100)	-	(5.143)	(8.518)	(7.766)	-	(23.852)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	365	125	854	409	-	8.078	39.982	17.656	23.590	91.059
Adições	189	-	-	-	152	6.228	-	-	-	6.569
Amortização	(142)	(15)	(95)	(36)	-	(1.179)	(5.111)	(3.020)	-	(9.598)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	412	110	759	373	152	13.127	34.871	14.636	23.590	88.030
Custo	1.167	1.470	1.221	509	152	19.449	48.500	25.422	23.590	121.480
Amortização Acumulada	(755)	(1.360)	(462)	(136)	-	(6.322)	(13.629)	(10.786)	-	(33.450)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	412	110	759	373	152	13.127	34.871	14.636	23.590	88.030

Ambiental Participações S.A.

(a) A média de amortização dos itens gira em torno de 5% ao ano.

(b) O prazo do intangível é determinado de acordo com o prazo contratual da concessão.

(c) A mais valia refere-se ao valor justo sobre as licenças de operação dos aterros sanitários e carteira de clientes do Grupo Tucano, adquirido durante o ano de 2022. O prazo de vida útil para amortização da mais valia dos intangíveis foi calculado com base no PPA - Price Purchase Allocation.

(d) Ágios oriundos de aquisição das empresas T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda., Tucano Gestão Ambiental Ltda. e Continental Obras e Serviços Ltda., ocorridas no dia 1º de maio de 2022. Em função dos ágios serem fundamentados em rentabilidade futura (goodwill), os mesmos foram reconhecidos e testados em relação aos seus valores recuperáveis onde não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável que gerasse a necessidade de impairment. O prazo de vida útil para amortização dos intangíveis foi calculado com base no PPA - Price Purchase Allocation.

17. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2024 a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. possuía 59 (55 em 31 de dezembro de 2023) contratos de arrendamentos de máquinas e equipamentos e imóveis, os quais são utilizados em suas operações. Os prazos contratuais variam de 1 a 10 anos. A taxa utilizada para cálculo do valor presente foi de 1,0125% (0,9708% em 31 de dezembro de 2023), considerada como taxa de captação de recursos no mercado.

a) Direito de Uso de Ativos

	Consolidado		
	Imóveis	Máquinas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.659	973	2.632
Adições	3.542	5.258	8.800
Depreciação	(3.247)	(4.146)	(7.393)
Baixas por rescisão contratual	(1)	(13)	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.953	2.072	4.025
Adições	7.593	7.881	15.474
Depreciação	(3.841)	(5.408)	(9.249)
Baixas por rescisão contratual	(229)	(215)	(444)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.476	4.330	9.806

b) Passivo de Arrendamento

	Consolidado		
	Arrendamentos A Pagar	Ajuste a Valor Presente	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.897	(161)	2.736
Adições	9.579	(779)	8.800
Realização	(8.024)	635	(7.390)
Rescisão contratual	(15)	1	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.437	(305)	4.133
Adições	18.468	(2.999)	15.469
Realização	(10.287)	1.068	(9.219)
Rescisão contratual	(410)	15	(395)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.208	(2.221)	9.988
Parcela Circulante	5.996	(1.439)	4.557
Parcela Não Circulante	6.213	(783)	5.430
Total	12.209	(2.222)	9.987

c) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

	Consolidado		
	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Total
2025	2.700	2.818	5.518
2026	402	1.253	1.655
2027	277	318	595
2028 até 2033	2.219	-	2.219
	5.598	4.389	9.987

d) Efeitos no resultado

	Consolidado	
	2024	2023
Despesas de depreciação de ativos de direitos de uso	(9.249)	(7.392)
Despesas de juros sobre passivos de arrendamentos	(1.068)	(635)
Despesas relativas a arrendamentos de ativos de baixo valor	(2.289)	(439)
Custos relativos à rescisão de contratos	10	(1)
Total reconhecido no resultado	(12.596)	(8.467)

e) Movimentações de arrendamentos com partes relacionadas

	Consolidado		
	Direito de Uso	Arrendamentos A Pagar	Ajuste a Valor Presente
Saldos em 31 de dezembro de 2022	653	703	(42)
Adições	826	953	(55)
Baixas	(791)	(850)	57
Saldos em 31 de dezembro de 2023	688	806	(40)
Adições	864	917	(53)
Baixas	(832)	(887)	(55)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	720	836	(93)

18. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	-	3	13.339	14.271
Fornecedores - partes relacionadas (i)	-	-	4	8
Total	-	3	13.343	14.279

(i) As transações com partes relacionadas estão detalhadas na Nota 9 - Partes Relacionadas.

A análise de vencimentos de fornecedores está apresentada a seguir:

Aging List de Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer até 30 dias	3	3	11.633	12.810
A vencer de 31 a 180 dias	-	-	1.329	1.270
A vencer de 181 a 365 dias	-	-	232	126
Vencidos até 365 dias	-	-	125	14
Vencidos há mais de 365 dias	-	-	24	59
Total	3	3	13.343	14.279

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Encargos Financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Capital de giro (i)	CDI + 2,50% a CDI + 2,85% a.a.	44.337	62.504	123.462	149.407
Financiamentos (ii)	Selic + 2,50% a Selic + 4,19% a.a.	28.807	17.628	50.478	23.415
Captação para investimentos (iii)	TR + 3,30% a.a.	49.691	49.724	49.691	49.724
Total		122.835	129.856	223.631	222.546
Total Circulante		23.734	23.838	35.982	30.569
Total Não Circulante		99.101	106.018	187.649	191.977

(i) Capital de Giro

Emissões de Debêntures

1ª Emissão de Debêntures Simples

Em 14 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a 1ª Emissão de Debêntures Simples, no valor de R\$ 40 milhões para a 1ª série, não conversíveis em ações com esforços restritos da Companhia, com garantia fidejussória. A 2ª série da emissão no valor de R\$ 40.000 foi liquidada em 15 de junho de 2022.

As debêntures serão amortizadas em parcelas trimestrais, sendo a primeira parcela paga em dezembro de 2022 e a última parcela devida em dezembro de 2027, ou seja, 6 (seis) anos contados da data de emissão.

Sobre o valor nominal das Debêntures incidirá juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Taxa DI"), acrescida de spread de 2,5% ao ano, base de 252 dias úteis.

Possui covenants financeiros vinculados ao índice de endividamento - calculado pela divisão da dívida líquida pelo EBITDA - bem como covenants não financeiros, ambos acompanhados periodicamente pela Companhia, os quais estão sendo cumpridos.

Emissão de Nota Comercial

Em 28 de setembro de 2022, a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. realizou a 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos sob o regime de garantia firme de colocação, no valor total de R\$ 40.000. A dívida foi quitada antecipadamente no dia 28 de junho de 2023.

Em contrapartida, em 27 de junho de 2023, a Companhia realizou nova emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos sob o regime de garantia firme de colocação, no valor total de R\$ 90.000.

Os recursos líquidos captados serão destinados para investimentos de capital (capex) no âmbito dos contratos de concessão e reforço do capital de giro.

Ambiental Participações S.A.

Possui garantia fidejussória, na forma de aval, e garantia real, na forma de cessão fiduciária.

A Nota Comercial será amortizada em 27 parcelas trimestrais, sendo a primeira paga em dezembro de 2023 e a última em junho de 2030. A remuneração incidirá sobre o valor unitário das Notas Comerciais e será correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de 1 dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescida de spread de 2,85% ao ano, base 252 dias úteis.

(ii) Financiamentos

Finames e Cédula de Crédito Bancário

As captações foram realizadas para financiamento de aquisições dos principais ativos utilizados na operação dos serviços de Limpeza Urbana. A amortização dos contratos varia de mensal a trimestral, sendo o vencimento da última parcela em 2029.

(iii) Captações para investimentos

FINEP

A Companhia realizou captação de recursos via FINEP, no valor de R\$ 50.663, sendo liquidada em três parcelas, a primeira no valor de R\$ 26.112 em 14 de julho de 2023, a segunda no valor de R\$ 23.497 em 04 de dezembro de 2023 e a terceira no valor de R\$ 1.054 será liberada após comprovação da utilização dos recursos da segunda parcela. O objetivo do financiamento é custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação da Unidade Piloto de Recuperação Energética de Resíduos Sólidos Urbanos, projeto em desenvolvimento no Município de Joinville. O plano de execução do projeto está estimado em 36 meses.

A amortização do principal ocorrerá em 109 parcelas mensais, iniciando 36 meses após a liquidação, sendo o último vencimento em 2035. O pagamento de juros ocorrerá de forma mensal, inclusive antes do primeiro vencimento.

b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	129.856	162.481	222.546	169.522
(+) Adição de principal	13.445	53.330	30.778	143.825
(+) Adição de juros	13.133	17.624	26.049	25.506
(-) Amortização de principal	(22.939)	(87.131)	(32.935)	(90.868)
(-) Amortização de juros	(10.648)	(16.523)	(22.982)	(24.399)
(+) Custo de transação	(12)	75	175	(1.040)
Saldo no final do exercício	122.835	129.856	223.631	222.546

Ambiental Participações S.A.
c) Cronograma de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	23.838	-	30.569
2025	23.424	19.568	39.900	36.401
2026	25.966	22.442	49.777	42.021
2027	26.944	23.446	49.712	41.904
2028	9.164	5.738	29.524	21.821
A partir de 2029	37.337	34.824	54.718	49.830
	122.835	129.856	223.631	222.546

d) Garantias

As garantias dos contratos estão descritas a seguir:

- Finames (financiamentos de veículos e equipamentos): (a) alienação fiduciária dos veículos adquiridos; (b) aval corporativo de sua controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.
- Cédula de Crédito Bancário (aquisição de veículos): (a) alienação fiduciária dos veículos adquiridos; (b) aval corporativo de sua controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.
- Debêntures: (a) aval corporativo da subsidiária da Companhia (Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda), Beta Desenvolvimento Imobiliário e Alfa Holding; (b) cessão fiduciária de 200% dos recebíveis oriundos do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a Prefeitura de Joinville/SC e conta reserva por onde transitam; (c) cessão fiduciária da conta por onde transmitam pagamentos de dividendos devidos.
- Nota Comercial: (a) aval corporativo da subsidiária da Companhia (Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda), Beta Desenvolvimento Imobiliário e Alfa Holding e (b) cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos Contratos de Concessão celebrados entre a Companhia e os Municípios de São José, Itapema e Itajaí/SC e também da conta vinculada onde transitam esses recursos.
- FINEP: Fiança bancária emitida anualmente com cobertura de 100% do valor do financiamento e/ou seguro-garantia emitido anualmente com cobertura de 105% do valor do financiamento.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants	Medição em 31/12/2024
Debêntures - 1ª emissão	Consolidado: Dívida líquida / Ebtida \leq 3	1,34
Nota Comercial	Consolidado: (Dívida líquida + Dívida com sellers) / Ebtida \leq 3,5	1,84

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures e nota comercial firmados são apurados anualmente conforme estabelecido nos contratos firmados pela Companhia e estão sendo cumpridos.

Os compromissos não financeiros estão sendo cumpridos. Apresentamos os principais:

- a) Debêntures: utilização do recurso para aquisição de target em até 12 meses da liquidação da segunda série e Negative Pledge para as quotas da Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento.

b) Notas comerciais: distribuição de Juros Sobre Capital Próprio (JSCP), dividendos e mútuos limitados a 35% do lucro líquido anual, Negative Pledge de aval pessoal dos sócios em favor de terceiros e manutenção de auditoria de 1ª linha (Big Four) durante toda a vigência da operação.

20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Salários e Ordenados a pagar	8.859	8.023
Encargos sobre a Folha a recolher	3.616	2.951
Provisão Férias	10.547	9.402
Encargos sobre Férias	4.124	3.651
Outros	1.134	954
Total de Obrigações Sociais e Trabalhistas	28.280	24.981
Circulante	28.280	24.773
Não circulante	-	208

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações tributárias				
PIS a recolher	114	71	715	755
COFINS a recolher	527	328	3.324	3.531
PIS a pagar sobre diferidos (i)	-	-	1.033	774
COFINS a pagar sobre diferidos (i)	-	-	4.772	3.609
ISS sobre faturamento a recolher	-	-	2.745	2.253
Outros	1.236	699	2.766	1.823
Passivo fiscal corrente				
IRPJ a recolher	-	-	-	11
CSLL a recolher	5	-	733	1.615
Total Circulante	1.882	1.098	16.088	14.371

(i) Referem-se à tributação de faturamento contra Prefeituras na controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda., diferidos em função do não recebimento.

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aquisição de imóveis (a)	-	-	347	347
Indenizações a terceiros a pagar	-	-	748	700
Aquisição de investimentos (c)	-	-	23.853	21.255
Valores a repassar ao Poder Concedente	-	-	649	648
Adiantamento de tarifa de coleta de lixo	-	-	1.449	-
Tarifa de coleta de lixo recebidas em duplicidade (d)	-	-	2.391	-
Aquisição de participação de acionista não controlador - parte relacionada	-	-	137	235
Outras contas a pagar (b)	-	10.034	1.670	11.572
Total Circulante	-	10.034	31.244	34.757
Aquisição de investimentos (c)	-	-	33.767	47.767
Aquisição de imóveis (a)	-	-	5.836	6.179
Tarifa de coleta de lixo recebidas em duplicidade (d)	-	-	-	1.094
Aquisição de participação de acionista não controlador - parte relacionada	-	-	-	136
Total Não Circulante	-	-	39.603	55.176

a) Obrigações a pagar a terceiros - aquisição de imóveis

Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.872
Pagamentos	(488)
Atualização monetária	142
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.526
Pagamentos	(497)
Atualização monetária	154
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.183

b) Outras contas a pagar

O saldo refere-se, substancialmente, a saldos a pagar de ativos adquiridos, não quitados no exercício de 2023. Os valores foram quitados durante o mês de janeiro de 2024.

c) Aquisição de investimentos

Em 30 de abril de 2022, a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda concluiu a aquisição da totalidade das quotas das empresas T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda, Tucano Gestão Ambiental Ltda e Continental Obras e Serviços Ltda., em conjunto denominadas “Grupo Tucano”.

O valor da negociação foi firmado da seguinte forma:

Fluxo de pagamentos	T.O.S.	TGA	Continental	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2022	49.281	10.844	15.739	75.864
Pagamento	(10.282)	(2.056)	(3.084)	(15.422)
Atualização monetária	5.720	1.144	1.716	8.580
Saldos em 31 de dezembro de 2023	44.719	9.932	14.371	69.022
Pagamento	(11.879)	(2.376)	(3.564)	(17.819)
Atualização monetária	4.278	856	1.283	6.417
Saldos em 31 de dezembro de 2024	37.118	8.412	12.090	57.620

O cronograma de pagamento do saldo da dívida decorrente da aquisição está demonstrado abaixo:

2025	18.933
2026	14.000
2027	24.687
Total	57.620

d) Tarifas de coleta de lixo recebidas em duplicidade

Refere-se a valores de tarifa de coleta de lixo, recebidas em duplicidade dos clientes. Frequentemente, os clientes são informados da duplicidade gerada no sistema. A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. aguarda a decisão do cliente sobre como proceder com os valores.

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas no curso normal dos seus negócios estão sujeitas a riscos processuais, sobre os quais a Administração apoiada por seus assessores jurídicos avalia mensalmente, e, quando necessário, constitui provisões baseadas nessa avaliação sob a melhor estimativa que possuem na oportunidade do evento.

As movimentações das provisões dos processos judiciais foram as seguintes:

	Consolidado		
	Reclamações cíveis	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Total
Em 31 de dezembro de 2022	2.675	2.682	5.357
(+) Transferência de acervo líquido - Alienação de Investimento (Nota 1)	-	(290)	(290)
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	2.551	1.124	3.675
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(32)	(99)	(131)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(1.921)	(2.076)	(3.997)
Em 31 de dezembro de 2023	3.273	1.341	4.614
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	1.930	1.349	3.279
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(1.191)	(629)	(1.819)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(207)	(913)	(1.120)
Em 31 de dezembro de 2024	3.805	1.149	4.954

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais as empresas do grupo são réis e para as quais a classificação de perda é provável. Os processos concentram-se na controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.

Riscos cíveis: As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a indenizações pleiteadas por usuários do serviço da controlada ou acidentes de trânsito a envolvendo.

Riscos trabalhistas e previdenciários: Diversas ações, nas quais a controlada responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, verbas trabalhistas, tais como, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.

Abaixo demonstramos o detalhamento dos saldos de depósitos judiciais:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	836	237
Trabalhista e previdenciário	188	543
Tributário	350	350
Total	1.374	1.130

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A controlada está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo demonstramos a composição:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	5.382	7.973
Trabalhistas	9.713	13.977
Tributário	3.111	3.415
Administrativo	1.719	1.479
Total	19.925	26.844

A seguir apresentamos o resumo das ações mais relevantes:

(i) Cíveis

- Ações indenizatórias referentes a acidentes envolvendo a controlada que representam o valor atualizado/estimado de R\$ 1.177 (R\$ 4.121 em 31 de dezembro de 2023);
- Ações indenizatórias movidas por usuários dos serviços nas cidades em que a controlada realiza cobrança direta da tarifa de coleta de lixo, solicitando declaração de inexistência de débitos, representam valor estimado de R\$ 854 (R\$ 1.210 em 31 de dezembro de 2023);

(ii) Trabalhista

- Ações movidas em decorrência de acidentes de trabalho, requerendo indenização por danos morais, representam valor estimado de R\$ 3.443 (R\$ 3.495 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) Tributário

- Ação civil pública movida pelo Ministério Público de Santa Catarina para discutir contrato de concessão; que o serviço deve ser cobrado por meio de taxa e não de tarifa no município de Balneário Camboriú; e que a controlada não pode cobrar dos munícipes o serviço. A sentença julgou parcialmente procedente a ação e, desde então, foram interpostos recursos e, atualmente, o processo está aguardando remessa ao Superior Tribunal de Justiça, tendo ocorrido a última atualização em 22 de junho de 2022. O valor possível de perda da causa estimada pelos assessores jurídicos é de R\$ 2.960 (R\$ 2.820 em 31 de dezembro de 2023).

(iv) Administrativa

- Auto de infração visando apurar eventual irregularidade por descarte de resíduos de coleta seletiva em local sem licença ambiental no município de Camboriú, no valor atualizado/estimado de R\$ 1.642.

24. PROVISÃO PARA ENCERRAMENTO DOS ATERROS SANITÁRIOS

De acordo com o estabelecido no Pronunciamento Técnico Contábil Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - CPC 25, a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. deve realizar estimativa de custos referente ao encerramento dos seus aterros sanitários próprios, contabilizada em contrapartida como custo do ativo.

A controlada realizou provisão de custos futuros para encerramento dos aterros, que representam medidas tomadas para remediação ambiental, sabendo que a controlada tem obrigatoriedade de acompanhamento do solo, tratamento do chorume gerado, manutenção do sistema de tratamento e demais custos ocorridos a fim de remediar possíveis danos ambientais ao local, por aproximadamente 20 anos após o encerramento das operações no aterro.

A determinação do método e valor a ser provisionado engloba diversas estimativas e suposições, baseadas na realidade atual da operação.

No cálculo do ajuste a valor presente da provisão do passivo dos aterros é considerado o custo total estimado para a desmontagem e o encerramento. O cronograma de desembolso foi estimado a preços constantes e com base no fluxo de caixa descontado projetado utilizando a taxa de desconto real média de 12,5% a.a., representando o risco do passivo.

Em 31 de dezembro de 2024, a controlada possui provisão no montante líquido de R\$ 10.747. Não houve alterações com relação ao valor provisionado em 31 de dezembro de 2023, pois não houve alteração de estimativas, apenas realização do ajuste a valor presente.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Companhia não possui ações em tesouraria, pagamento baseado em ações ou qualquer instrumento financeiro com possibilidade de conversibilidade em ação.

a) Capital Social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 85.002 (R\$ 50.002 em 31 de dezembro de 2023), divididos em 85.002.000 (oitenta e cinco milhões e duas mil) de ações com valor unitário de R\$1 (um real) cada uma.

Dessa forma, o Capital Social em 31 de dezembro de 2024 é composto de 85.002.000 ações, sendo 75.002.000 (quarenta milhões e duas mil) ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$1 (um real) cada uma, 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais classe A nominativas e com valor nominal de R\$1 (um real) cada uma, e 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais classe B, nominativas e com valor nominal de R\$1 (um real) cada uma. As ações preferenciais classe A e B não possuem direito a voto.

- A Companhia realizou incorporação no capital social no valor de R\$ 35.000 (vinte milhões) através de distribuição de reserva de lucros, aprovada através de Assembleia Ordinária no dia 30 de dezembro de 2024.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

c) Reserva de contingência

Em cada exercício social, 35% do lucro líquido é destinado para a formação de uma reserva de contingência da Companhia, a fim de fazer frente a eventuais contingências passivas envolvendo a Companhia ou suas subsidiárias, até que tal reserva de lucros atinja o montante determinado pela administração social como suficiente para fazer frente às contingências identificadas, após análise razoável a fundamentada.

d) Lucros Acumulados

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral do Conselho de Administração.

Distribuição de dividendos

Em Assembleia Ordinária, os acionistas aprovaram as seguintes distribuições de dividendos:

- Em reunião realizada em 18 de abril de 2024, foi aprovada distribuição no valor de R\$ 3.861;
- Em reunião realizada em 4 de outubro de 2024, foi aprovada distribuição no valor de R\$ 3.206;

Juros Sobre Capital Próprio

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. Em 2024, a apuração de Juros sobre Capital Próprio da Companhia resultou no valor total de R\$ 9.334, sendo R\$ 4.012 pagos aos acionistas durante o exercício de 2024.

- Em reunião realizada em 18 de abril de 2024, foi aprovada, por unanimidade, distribuição de juros sobre capital nos valores de R\$ 2.060 para o primeiro trimestre de 2024.
- Em reunião realizada em 04 de outubro de 2024, foi aprovada, por unanimidade, distribuição de juros sobre capital nos valores de R\$ 2.152 para o segundo trimestre de 2024, R\$ 2.343 para o terceiro trimestre de 2024;
- Em reunião realizada em 30 de dezembro de 2024, foi aprovada, por unanimidade, distribuição de juros sobre capital no valor de R\$ 2.779 referente ao quarto trimestre de 2024.

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de Serviços	-	-	654.046	598.937
Receita de Locação	13.395	7.112	-	-
Receitas de Construção	-	-	43.471	41.044
	<u>13.395</u>	<u>7.112</u>	<u>697.517</u>	<u>639.981</u>
Impostos e Contribuições sobre Serviços	(1.239)	(658)	(78.556)	(70.677)
	<u>12.156</u>	<u>6.454</u>	<u>618.961</u>	<u>569.304</u>

27. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos Serviços Prestados		
Operacional		
Depreciações e Amortizações	(3.548)	(1.878)
Máquinas e Equipamentos	(201)	(17)
Despesas diversas	-	(1)
Honorários e Despesas com terceiros	(510)	(255)
Impostos, taxas e contribuições	(17)	(9)
Outras Receitas (Despesas)	(411)	(36)
Custo de imóveis vendidos	(473)	-
Alienação de bens	400	1.609
Recuperação de créditos e despesas	513	295
Outros	<u>(2.270)</u>	<u>(2.207)</u>
	<u>(6.518)</u>	<u>(2.499)</u>
Classificação por função		
Custo dos Serviços Prestados	(3.252)	(1.600)
Gerais e administrativas	(2.783)	(2.472)
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>(483)</u>	<u>1.573</u>
	<u>(6.518)</u>	<u>(2.499)</u>

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos Serviços Prestados		
Pessoal		
Remunerações	(139.670)	(125.133)
Encargos Sociais e Trabalhistas	(51.722)	(45.648)
Benefícios	(24.636)	(22.525)
Outras despesas com pessoal	(4.532)	(3.543)
Operacional		
Água e Energia elétrica	(1.869)	(1.661)
Mão de obra terceirizada	(109.646)	(106.620)
Aluguéis de Imóveis	(286)	(1.019)
Combustíveis e Lubrificantes	(33.406)	(29.609)
Custo de mercadoria vendida	(473)	-
Depreciações e Amortizações	(38.487)	(36.197)
Custos de Construções - Concessões	(24.882)	(30.859)
Máquinas e Equipamentos	(39.201)	(34.407)
Materiais	(32.177)	(30.519)
Outros		
Despesas diversas	(8.887)	(8.866)
Honorários e Despesas com terceiros	(35.962)	(32.148)
Impostos, taxas e contribuições	(5.597)	(6.425)
Outras Receitas (Despesas)	(69)	(117)
Provisões para contingências	(340)	(249)
Alienação de bens	544	428
Recuperação de créditos e despesas	28.203	29.943
Outros	(4.934)	(5.704)
	<u>(528.029)</u>	<u>(490.880)</u>
Classificação por função		
Custo dos Serviços Prestados	(499.900)	(470.430)
Gerais e administrativas	(35.149)	(33.788)
Outras receitas (despesas), líquidas	7.020	13.338
	<u>(528.029)</u>	<u>(490.880)</u>

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita Financeira				
Rendimentos de Aplicações Financeiras	254	1.489	13.308	11.800
Juros recebidos	-	14	12.785	19.401
Juros sobre Ativos de Concessão	-	-	1.631	947
Descontos Obtidos	-	-	234	119
Atualização monetária sobre mútuos	-	1	19	40
Atualização monetária sobre recuperação de impostos	190	84	295	894
	<u>444</u>	<u>1.588</u>	<u>28.272</u>	<u>33.201</u>
Despesas Financeiras				
Ajuste a valor presente	-	-	(1.067)	(636)
Comissões e Despesas Bancárias	(8)	(327)	(216)	(518)
Juros Pagos ou Incorridos	(9)	-	(424)	(300)
Multas por atraso no pagamento	(3)	-	(39)	(38)
Descontos Concedidos	-	-	(8.882)	(9.277)
Impostos sobre Operações Financeiras	(3)	(26)	(956)	(976)
Juros e Despesas sobre Empréstimos e Financiamentos	(13.133)	(17.624)	(26.049)	(25.506)
Atualização monetária sobre mútuos	(4.583)	(1.819)	-	-
Atualização monetária sobre saldo a pagar de aquisição de empresas	-	-	(6.444)	(8.580)
	<u>(17.739)</u>	<u>(19.796)</u>	<u>(44.077)</u>	<u>(45.831)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(17.295)</u>	<u>(18.208)</u>	<u>(15.805)</u>	<u>(12.630)</u>

29. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

29.1. Fatores de Risco Financeiros

Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas estão expostas a risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de gerenciamento de capital e risco da taxa de juros. A alta administração da Companhia supervisiona a gestão destes riscos.

A gestão dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

A Companhia não realiza operações de crédito na modalidade “risco sacado” ou “forfait”.

a) Risco de Mercado

(i) *Risco de Fluxo de Caixa Associado com Taxa de Juros*

(ii) O risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros da Companhia é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado, que decorre dos seguintes instrumentos financeiros: (i) aplicações financeiras cujos rendimentos estão atrelados principalmente a taxa de Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"); e (ii) empréstimos e financiamentos e estão atrelados aos indexadores Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), "Selic" ou Taxa Referencial ("TR") .

Caso as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro seria alterado para mais ou para menos em decorrência de receitas de aplicações financeiras e despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos conforme o cenário provável, apresentado a seguir.

O cenário provável foi calculado considerando uma taxa projetada para o período de doze meses e tomou como base as projeções disponíveis no mercado, detalhadas no quadro abaixo, para mensurar os impactos da mudança destas variáveis sobre os saldos de 31 de dezembro de 2024.

Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

	Saldos patrimoniais	
	31 de dezembro de 2024	
	Ativo	Passivo
Caixa e equivalentes de caixa: Aplicações financeiras		
Em CDI	77.176	-
Empréstimos e financiamentos		
Em CDI	-	(123.462)
Em Selic	-	(50.478)
Em TR	-	(49.691)
Arrendamento mercantil		
Em CDI	-	9.987
	<u>77.176</u>	<u>(213.644)</u>

	Risco Provável	25%	50%	-25%	-50%	
Caixa e equivalentes de caixa: Aplicações financeiras						
Em CDI	Varição do CDI	9.377	11.721	14.065	7.033	4.688
Empréstimos e financiamentos						
Em CDI	Varição do CDI	(15.001)	(18.751)	(22.501)	(11.250)	(7.500)
Em Selic	Varição da Selic	(5.931)	(7.414)	(8.897)	(4.448)	(2.966)
Em TR	Varição da TR	(40)	(50)	(60)	(30)	(20)
		(20.972)	(26.215)	(31.458)	(15.728)	(10.486)
Arrendamento mercantil						
Em CDI	Varição do CDI	(1.213)	(1.517)	(1.820)	(910)	(607)
		(12.808)	(16.011)	(19.213)	(9.605)	(6.405)

Indicadores da Macroeconomia	Fonte	2024
CDI	Focus	12,15%
Selic	Focus	11,75%
TR	Focus	0,08%

b) Risco de Crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis entre cobranças de tarifas de coleta de lixo para os usuários, mediante emissão de carnê próprio e cobrança dos serviços diretamente para as pessoas físicas, jurídicas, prefeituras, autarquias e empresas de economia mista são inerentes ao modelo de negócio da Companhia, o que mitiga eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, predominantemente em bancos considerados de primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e contas a receber na data do balanço.

c) Risco de Liquidez

Para administrar a liquidez do caixa, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Ambiental Participações S.A.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	13.344	-	-	-	13.344
Empréstimos e financiamentos	39.899	99.488	84.244	-	223.631
Arrendamento mercantil	5.518	1.655	2.813	-	9.986
	<u>58.761</u>	<u>101.143</u>	<u>87.057</u>	<u>-</u>	<u>246.961</u>
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	14.279	-	-	-	14.279
Empréstimos e financiamentos	30.569	36.401	105.747	49.830	222.547
Arrendamento mercantil	3.525	443	165	-	4.133
	<u>48.373</u>	<u>36.844</u>	<u>105.912</u>	<u>49.830</u>	<u>240.959</u>